

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	11
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	12

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	16
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	42
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	44
10.5 - Políticas contábeis críticas	49
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	52
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	56
10.8 - Plano de Negócios	57
10.9 - Outros fatores com influência relevante	62

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui uma política específica de gerenciamento de riscos.

Apesar disso, a Companhia possui um sistema de gerenciamento de riscos, no qual o Programa de Integridade figura como o principal instrumento. A Companhia entende que, a partir da aplicação do Programa de Integridade, bem como com o devido cumprimento de suas políticas e monitoramento constante, a Companhia deverá ser capaz de reduzir e monitorar riscos, desvios, fraudes e demais possíveis irregularidades. Diante disso, a Companhia ainda não possui uma política específica de gerenciamento de riscos.

Mais informações sobre o Programa de Integridade, os instrumentos utilizados pela Companhia para gerenciamento de riscos e a sua estrutura organizacional podem ser encontradas nos itens 5.4 e 5.6 deste Formulário de Referência.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: Conforme acima mencionado, a Companhia não possui uma política específica de gerenciamento de riscos. De qualquer modo, os objetivos e estratégias do sistema de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia estão descritos no item 5.6 deste Formulário de Referência.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção por meio de seu sistema de gerenciamento de risco estão descritos no item 5.6 deste Formulário de Referência.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos utilizados pela Companhia para proteção de riscos estão descritos no item 5.6 deste Formulário de Referência.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia está descrita no item 5.6 deste Formulário de Referência.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A adequação da estrutura operacional e de controle de riscos da Companhia para a verificação da efetividade de seu sistema de gerenciamento de riscos está tratada no item 5.6 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma Política de Riscos para os quais se busca proteção.

A Política Financeira da Companhia, que abrange também as suas controladas e coligadas, tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para o gerenciamento e aplicação dos recursos financeiros do Grupo Usiminas, em coerência com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio. A política entrou em vigor em agosto de 2009, após aprovação da Diretoria da Companhia, sendo que sua última revisão foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 10 de junho de 2019.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

A Política Financeira da Companhia, tem como objetivos:

- 1.1 Estabelecer diretrizes para o gerenciamento e aplicação de recursos financeiros do Grupo Usiminas, em coerência com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio.
- 1.2 Garantir a transparência e a imparcialidade na tomada de decisões, em conformidade com os princípios éticos empresariais.
- 1.3 Zelar pela eficiência na gestão dos ativos e passivos financeiros do Grupo Usiminas, considerando fatores técnicos relacionados às diretrizes de Gestão de Caixa e Gestão de Riscos de Mercado.
- 1.4 Orientar a gestão permanente do risco de liquidez, garantindo o cumprimento das obrigações assumidas e proteção dos resultados e patrimônio da Usiminas.
- 1.5 Melhorar a percepção de geração de valor para acionistas, investidores, credores e agências de *rating*, em função de boas práticas financeiras e políticas de redução de exposição ao risco e volatilidade.

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca reduzir os riscos relativos a exposição cambial à volatilidade de moedas, preços de commodities, taxas de juros, volatilidade no fluxo de caixa e evitar o descasamento entre moedas. A Companhia não adota proteções específicas relacionadas à inflação ou à liquidez de mercado.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Para proteger o balanço patrimonial a Companhia poderá realizar operações de hedge mediante a identificação de exposição à taxa de juros, moeda estrangeira e commodity.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Os hedges serão classificados nas modalidades: a) hedge operacional, b) hedge dívida e c) hedge natural, e terão como principais objetivos a redução da volatilidade do fluxo de caixa e a redução do risco através da substituição de taxas de juros, moedas e trava de preços de commodities.

O hedge deve ser encarado como um mecanismo de proteção do fluxo de caixa da contratante e não como um instrumento especulativo de obtenção de ganhos futuros com arbitragem de moedas, taxas e índices.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados pela Companhia com o objetivo de mitigação dos riscos de mercado resultante de transações financeiras e operacionais, previamente aprovados pela Política Financeira da Companhia, são os seguintes: (i) contratos futuros, (ii) contratos a termos (NDF); (iii) swaps (bolsa e/ou balcão), (iv) compra e venda de opções de compra (call) e venda (put), sem alavancagem; (v) collars. Também poderão ser utilizados outros instrumentos, desde que devidamente aprovados pelo Comitê Financeiro.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento destes riscos

O monitoramento das diretrizes da Política Financeira é realizado mensalmente e apresentado ao Comitê Financeiro, em suas reuniões. A adequação desta política é avaliada sempre que necessário em função das modificações nas condições envolvendo o mercado financeiro e/ou as estratégias da Usiminas.

A Política Financeira da Companhia estabelece os seguintes parâmetros:

- são estabelecidos critérios para a seleção dos bancos e para a escolha das operações permitidas;
- são estipulados os objetivos das operações de derivativos;
- é definido o nível de contração de suas operações;
- análise e monitoramento do grau de exposição aos riscos do mercado financeiro;
- análise e monitoramento das operações contratadas.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Política Financeira da Companhia estabelece que as operações com derivativos têm como objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e reduzir o risco através da substituição de taxas de juros, moedas e travas de preços de commodities, ressaltando ainda que o hedge deve ser encarado como um mecanismo de proteção de fluxo de caixa, não como um instrumento

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

especulativo de obtenção de ganhos futuros com arbitragem de moedas, taxas e índices. Portanto, a Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos especulativos.

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Diretoria Financeira da Companhia é o órgão responsável pelo planejamento estratégico e pela gestão financeira da Companhia, tendo, entre as suas atribuições, a competência para (i) gerenciar o fluxo de caixa da Companhia para manter capital de giro e retorno; (ii) supervisionar empréstimos e desembolsos; (iii) avaliar e obter aprovações para os financiamentos; (iv) definir operações de Forfaiting e Cessão de Crédito; (v) definir o momento e o melhor instrumento a ser utilizado nas operações de Hedge.

Além disso, o Comitê Financeiro, órgão de assessoramento à Diretoria Executiva, tem por objetivo acompanhar as posições financeiras e a estrutura de capital da Companhia. Suas atribuições envolvem (i) a definição de estratégias financeiras; (ii) a tomada de decisão de novos empréstimos e renegociação da(s) dívida(s); (iii) o acompanhamento do cumprimento da Política Financeira; (iv) a autorização de operações de derivativos, responsabilizando-se pela aprovação de operações dessa natureza e quanto à sua submissão aos órgãos cabíveis, conforme estrutura de governança corporativa da Companhia; (v) o controle, mensuração e acompanhamento dos efeitos das variáveis de risco sobre as operações realizadas; (vi) orientar a elaboração das demonstrações exigidas pela legislação e pelos órgãos fiscalizadores a respeito das operações com derivativos, especialmente as previstas no artigo 3º da Deliberação CVM nº 550/2008.

Compete ainda às unidades da Tesouraria da Companhia as seguintes atribuições: **(a) Back Office:** (i) elaboração e controle do fluxo de caixa da Companhia; (ii) rentabilizar os saldos excedentes de caixa, mediante aplicações financeiras que garantam risco e liquidez consistentes com a Política Financeira; (iii) resgatar aplicações quando necessário para cobrir o caixa, observando a melhor combinação de taxa de juros e prazo de liquidez; (iv) ajustar as exposições mediante os limites de risco estipulados na Política; (v) definir o melhor instrumento a ser utilizado nas operações de Hedge; e (vi) monitorar os convenientes estipulados em contratos vigentes; e **(b) Front Office:** (i) monitorar as cotações e curvas de fatores de mercado, quais sejam, preços, volatilidade, taxas de juros e câmbio, por meio de agências de notícias, assim como entender o comportamento de mercado utilizando informações fornecidas por relatórios de instituições financeiras, entre outros; (ii) efetuar o fechamento de câmbio das operações internacionais, privilegiando a melhor combinação de custo financeiro x taxa; (iii) efetuar a negociação e contratação de operações financeiras com melhor taxa de rentabilidade x custo financeiro; (iv) efetuar a contratação de garantias bancárias e cartas de crédito sempre que solicitado; (v) efetuar a cotação e fechamento da operação de forfaiting junto a instituições financeiras em que a Companhia possua limite de crédito; (vi) efetuar a negociação e contratação de empréstimos, financiamentos e derivativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Diretoria Jurídica da Companhia, por sua vez, tem as obrigações de (i) supervisionar a realização de operações financeiras e comerciais, assegurando a perfeita aderência da operação à legislação e coordenando a revisão de todos os instrumentos contratuais ou atos jurídicos; (ii) emitir pareceres, responder a consultas e analisar negócios empresariais; (iii) assessorar, aprovar e cancelar as garantias bancárias, seguro garantia, cartas de crédito e demais contratos financeiros.

c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O monitoramento das diretrizes estabelecidas na Política Financeira da Companhia é realizado mensalmente e apresentado nas reuniões do Comitê Financeiro.

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificação da efetividade do sistema de gerenciamento de riscos estão adequados e em processo de melhoria contínua. A Companhia se empenha na implementação das medidas propostas pelos Comitês Internos e pela Auditoria Interna no que diz respeito à adequação do seu sistema de gerenciamento de riscos, bem como a prevenção, controle e redução dos riscos que possam ter impacto sobre a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui procedimentos formais para elaboração e revisão das Demonstrações Financeiras de modo a melhor assegurar a integridade e a transparência das informações.

Dentre o conjunto de práticas adotadas destacam-se:

- A formalização dos critérios contábeis aplicados nas demonstrações financeiras, incluindo critérios para constituição de provisões;
- A automatização da maioria dos lançamentos de registro contábil;
- O controle sistematizado e a revisão periódica dos acessos lógicos aos sistemas, bem como a segregação de funções às transações críticas do processo;
- O estabelecimento de alçadas de aprovação por faixa de valor;
- A existência de um Comitê de Divulgação responsável por revisar as comunicações ao mercado de capitais;
- A revisão gerencial das atividades de fechamento contábil, de conciliação bancária, de lançamentos contábeis manuais, de lançamentos contábeis que envolvam estimativas e julgamentos, da consolidação das Demonstrações Financeiras, dentre outras.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas periodicamente pelo Auditor Independente e pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências dos processos são relatadas nas Cartas de Controles Internos ou Relatórios de Auditoria e são reportadas à Administração e ao Comitê de Auditoria, desdobrando em planos de ação para mitigar ou reduzir a exposição dos riscos a níveis aceitáveis pela Companhia.

A respeito, cabe ao Comitê de Auditoria auxiliar o Conselho de Administração na sua atribuição de fiscalização da qualidade e da consistência das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive reportando-se periodicamente ao Conselho de Administração com relação à adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

- Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Controladoria;
- Auditoria Interna;
- Comitês internos;
- Relações com Investidores.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são supervisionados pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e pelo Comitê de Auditoria a partir das Cartas de Controles Internos emitidas pelo Auditor Independente e dos Relatórios de Auditoria emitidos pela Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A respeito, cabe ao Comitê de Auditoria auxiliar o Conselho de Administração na sua atribuição de fiscalização da qualidade e da consistência das demonstrações financeiras da Companhia, inclusive reportando-se periodicamente ao Conselho de Administração com relação à adequação dos sistemas de controles internos da Companhia sobre relatórios financeiros.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Para as demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais, os auditores independentes da Usiminas, durante a execução de seus trabalhos de auditoria, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Para as demonstrações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais, os auditores independentes da Usiminas, durante a execução de seus trabalhos de auditoria, não identificaram recomendações ou deficiências em relação aos controles internos da Companhia que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Em 15.01.2019, entrou em vigor o Programa de Integridade da Companhia, reunindo novo Código de Ética e Conduta e, dentre outras, a Política Anticorrupção, as Políticas de Brindes, Presentes e Hospitalidades, a Política de Patrocínios e Doações e a Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários.

Em conformidade com a Política Anticorrupção e recorrentes treinamentos online e presenciais, a Companhia determina que é estritamente vedado qualquer ato de exigência, insinuação, aceite ou oferecimento de qualquer tipo de favor, benefício, doação e gratificação, para si ou para terceiros, como contrapartida à obtenção de vantagens ou favorecimento com quaisquer pessoas, inclusive aquelas ligadas ao poder público.

O Conselho de Administração contará com o auxílio e a colaboração do Comitê de Auditoria no monitoramento da eficácia do Programa de Integridade da Companhia.

Ademais, cabe especificamente ao Comitê de Auditoria monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia e das Políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia, inclusive supervisionando as atividades do Comitê de Conduta e do Departamento de Integridade.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Em 15.01.2019, entrou em vigor o Programa de Integridade da Companhia, reunindo os Códigos de Ética e Conduta e, dentre outras, a Política Anticorrupção, as Políticas de Brindes, Presentes e Hospitalidades, a Política de Patrocínios e Doações e a Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários.

O Conselho de Administração contará com o auxílio e a colaboração do Comitê de Auditoria no monitoramento da eficácia do Programa de Integridade da Companhia.

Ademais, cabe especificamente ao Comitê de Auditoria monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia e das Políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia, inclusive supervisionando as atividades do Comitê de Conduta e do Departamento de Integridade.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas periodicamente pelo Auditor Independente e pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências dos processos são relatadas nas Cartas de Controles Internos ou Relatórios de Auditoria e são reportadas à Administração e ao Comitê de Auditoria, desdobrando em planos de ação para mitigar ou reduzir a exposição dos riscos a níveis aceitáveis pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética e Conduta da Companhia determina os princípios que norteiam o relacionamento da Usiminas com os principais públicos envolvidos em sua atuação – empregados, administradores, clientes, fornecedores, investidores, poder público, concorrentes, comunidade, imprensa e outros setores da sociedade civil organizada. São valores aplicáveis a todas as empresas Usiminas, independentemente da região e cultura, ou ainda do tipo de atividade e cargo dos profissionais que nelas atuam.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Ao ingressar na Companhia os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados recebem e são submetidos a treinamento em relação ao código de Ética e Conduta da Companhia. Durante sua permanência na Companhia treinamentos online e presenciais são ministrados a diferentes públicos sobre temas específicos tratados no código, mediante necessidades específicas determinadas pelo Conselho e Diretoria Executiva.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Violações aos dispositivos do Código de Ética e Conduta da Companhia sujeitam os infratores às penalidades disciplinares, que incluem advertência, suspensão ou demissão. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e gravidade da infração, observando-se sempre as normas internas da Usiminas e da legislação aplicável. Tais informações encontram no Código de Ética e Conduta da Companhia disponível em <http://ri.usiminas.com/ptb/programa-de-integridade>.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de Ética e Conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 15/01/2019. Tais informações encontram no Código de Ética e Conduta da Companhia disponível em <http://ri.usiminas.com/ptb/programa-de-integridade>.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A ferramenta e administração do Canal de denúncias da Companhia são internas

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias da Companhia, Canal Aberto, recebe denúncias dos empregados, administradores, clientes, fornecedores, investidores, poder público e comunidade em geral.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A ferramenta Canal Aberto funciona com os princípios de transparência e imparcialidade. Quem usa o Canal Aberto tem a identidade preservada, e as informações recebidas são tratadas com sigilo. Ao comunicar uma denúncia, o usuário do Canal Aberto tem a opção de não se identificar.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias são encaminhadas ao Comitê de Conduta da Companhia, integrado por representantes de áreas multidisciplinares, responsável pela fiscalização das ações desempenhadas pelo Departamento de Integridade relacionadas a violações a este Código e a políticas do Programa de Integridade, assim como pela determinação das medidas e ações disciplinares e/ou de remediação cabíveis.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Sempre que Companhia deseja realizar uma associação empresarial, como determinado em procedimento específico, ela busca identificar o eventual histórico de envolvimento da empresa-alvo com corrupção ou outros tipos de condutas ilegais ou antiéticas, os riscos da operação, a existência de controles internos e de estruturas de integridade.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não Aplicável.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Em relação ao último exercício social, foram incluídos na lista dos principais riscos a que a Companhia está exposta riscos decorrentes da atividade de mineração (desenvolvidas pela Mineração Usiminas S.A.), conforme descritos nos itens 4.1.

Em relação à política de riscos adota, em 15.01.2019, entrou em vigor o Programa de Integridade da Companhia, reunindo novo Código de Ética e Conduta e, dentre outras, a Política Anticorrupção, as Políticas de Brindes, Presentes e Hospitalidades, a Política de Patrocínios e Doações e a Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários. Adicionalmente, o Código de Ética e Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em nesta mesma data.

Adicionalmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução significativa dos riscos já mencionados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência divulgado no ano anterior. A companhia sempre trabalha com o nível de exposição necessário dentro dos limites estabelecidos pela administração, bem como monitora os riscos constantemente para tomar as ações corretivas necessárias.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui uma política específica de gerenciamento de riscos. Apesar disso, a Companhia possui um sistema de gerenciamento de riscos, que tem como objetivo identificar a exposição da Companhia e minimizar o impacto nas suas operações e resultados.

A identificação da exposição da Companhia consiste na verificação de riscos atinentes ao mercado, à sua atividade, ao ambiente jurídico, aos impactos sociais, aos potenciais danos ambientais e de não renovação de licenças regulatórias (incluindo, mas não se limitando às licenças ambientais) e aos riscos políticos. Os riscos identificados pela Companhia estão descritos detalhadamente no item 4.1 deste Formulário de Referência. Os riscos identificados pela Companhia são avaliados e classificados quanto à probabilidade de ocorrência e a magnitude dos impactos decorrentes de sua materialização, permitindo que riscos considerados de maior relevância sejam tratados com prioridade.

Abaixo são descritos os instrumentos que compõem o sistema de gerenciamento de riscos da Companhia, bem como a sua estrutura organizacional.

Programa de Integridade

No âmbito do sistema de gerenciamento de riscos, o Programa de Integridade da Usiminas figura como o seu principal instrumento para gerenciamento e mitigação de riscos. O Programa de Integridade, aprovado pelo Conselho de Administração em 12.10.2018 e em vigor desde 15.01.2019, consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos que objetivam a criação da cultura de integridade, e que têm como maior objetivo a gestão e prevenção dos riscos nas atividades da Companhia, receber denúncias, avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia do sistema de gerenciamento de riscos.

O Programa é composto, entre outras regras internas, pelo Código de Ética e Conduta, Política Anticorrupção, Política Concorrencial, Política de Conflito de Interesses e Transação entre Partes Relacionadas, Políticas de Brindes, Presentes e Hospitalidades, Política de Relacionamento com Terceiros Intermediários e Política de Patrocínios e Doações. Todos estes documentos estão disponíveis no website de Relações com Investidores da Usiminas (<http://ri.usiminas.com/ptb/programa-de-integridade>). Mais informações sobre o Programa de Integridade da Usiminas estão descritas no item 5.4 deste Formulário de Referência.

Governança Corporativa

Além disso, a Companhia emprega um modelo de Governança Corporativa planejado para buscar geração de valor aos acionistas e demais stakeholders. Trata-se de um modelo baseado em segurança para o investidor, transparência nas ações, controle de gestão e clareza na comunicação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Entre as práticas de governança corporativa, está a manutenção de um conselho fiscal permanente, além de comitês internos de Recursos Humanos e Auditoria, criados em 9 de maio de 2007, pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia também se estrutura para atender às exigências governamentais e de mercado sobre as companhias abertas, preservando e estimulando práticas de transparência.

As ações de governança corporativa da Usiminas ainda incluem:

- Controle de riscos;
- Prestação de contas seguindo padrões internacionais;
- Código de Ética e Conduta para todas as empresas do grupo;
- Ativos negociados na B3 (nível I), OTC - Mercado de Balcão (ADR – nível I) e Latibex;
- Política de negociação;
- Política de divulgação.

Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A execução das atividades de controle de gerenciamento de riscos é de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia, com base nas normas corporativas aprovadas e amplamente divulgadas pela Companhia, em especial a Política Financeira, a Política Anticorrupção, a Política Concorrencial e as demais políticas que compõem o Programa de Integridade da Companhia, as quais visam a monitorar e a mitigar, tanto quanto possível, riscos relacionados a questões operacionais, financeiras, concorrenciais e de *compliance*.

De todo modo, para garantir o cumprimento das diretrizes e objetivos aprovados pelo Conselho de Administração, a Companhia possui uma estrutura organizacional implementada, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração: como órgão máximo na estrutura organizacional da Companhia e de gestão estratégica de riscos, tem como responsabilidades específicas (i) identificar e avaliar os riscos legais ou regulatórios que possam afetar materialmente a Companhia ou seus negócios; e (ii) deliberar sobre a adoção, revogação ou quaisquer alterações, acréscimos ou outras modificações no Código de Ética e de Conduta e demais políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia.

Comitê de Auditoria: entre suas principais atribuições estão as de (i) monitorar o cumprimento do Código de Ética e Conduta da Companhia e das Políticas que abrangem o Programa de Integridade da Companhia; (ii) fiscalizar as ações desempenhadas pelo Departamento de Integridade, pelo Comitê de Conduta e pelo departamento de Auditoria Interna, zelando pela correta implementação e pelo cumprimento do Código de Ética e das políticas do Programa de Integridade; e (iii) assegurar que um sistema de identificação e avaliação dos riscos legais ou regulatórios que possam afetar materialmente a Companhia ou seus negócios esteja implementado e avaliar periodicamente sua adequação. Trata-se de órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e que também integrando a estrutura organizacional de controle

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

de gerenciamento de riscos, sendo seu funcionamento órgão obrigatório pelo Estatuto Social da Companhia. Seus membros podem ser, mas não necessariamente precisam ser, membros do Conselho de Administração.

Departamento de Integridade: é responsável por (i) implementar, revisar e atualizar todas as ações que compõem o Programa de Integridade; (ii) disseminar e viabilizar treinamentos e propor ao Conselho de Administração a revisão e atualização do Código, das normas e das políticas do Programa de Integridade; (iii) realizar análises periódicas de riscos de integridade; (iv) estabelecer controles sobre a conformidade das políticas e das ações de integridade; (v) deliberar sobre aprovações e contratações expressamente previstas neste Código e nas demais políticas do Programa de Integridade; (vi) manifestar-se em eventuais dúvidas, sugestões ou questões sobre o Programa de Integridade; e (vii) gerenciar o Canal Aberto e apurar as denúncias recebidas por tal veículo.

Comitê de Conduta: é responsável por (i) fiscalizar as ações desempenhadas pelo Departamento de Integridade relacionadas a violações ao Código de Ética e a políticas do Programa de Integridade; (ii) receber as apurações conduzidas pelo Departamento de Integridade, analisá-las e determinar e aplicar medidas disciplinares e de remediação em face de violações ao Código e às políticas do Programa de Integridade; e (iii) auxiliar e orientar o Departamento de Integridade em deliberações sobre a outorga ou denegação das aprovações expressamente previstas como exigidas por este Código e/ou pelas políticas do Programa de Integridade. O Comitê de Conduta deverá reportar suas atuações, deliberações e determinações ao Comitê de Auditoria.

Gerência-Geral de Auditoria Interna: é responsável por liderar e coordenar com as demais áreas o processo de elaboração dos planos de ação, com objetivo de mitigar os riscos identificados, o que contempla o entendimento dos objetivos estratégicos de curto e longo prazo da Companhia e o ambiente em que esses objetivos são perseguidos. A Gerência-Geral de Auditoria Interna tem foco prioritariamente preventivo e elabora e segue um Plano Anual de Auditoria com o objetivo de melhorar a estrutura de controles internos, aprimorar práticas de Governança Corporativa e contribuir para a redução dos riscos da Companhia. Além disso, compete a ela avaliar o sistema de controles internos. O resultado do seu trabalho proporcionou melhorias na estrutura de controles internos, aprimoramento das práticas de Governança Corporativa e contribuiu para a implementação de medidas preventivas para a redução dos riscos da Companhia. É subordinada ao Conselho de Administração reporta-se diretamente ao Comitê de Auditoria.

Comitê Financeiro: tem por atribuições (i) examinar, discutir e formular a política Financeira e Tributária da Companhia; (ii) assegurar o cumprimento da política financeira aprovada pelo Conselho de Administração; e (iii) avaliar os resultados financeiros da Companhia. O Comitê Financeiro se reúne periodicamente e acompanha as posições financeiras e a estrutura de capital da Companhia. É órgão de assessoramento à Diretoria Executiva.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos para verificação da efetividade do sistema de gerenciamento de riscos estão adequados e em processo de melhoria contínua. A Companhia se empenha na implementação das medidas propostas pelos Comitês Internos, Departamento de Integridade e pela Auditoria Interna no que diz respeito à adequação do seu sistema de gerenciamento de riscos, bem como à prevenção, controle e redução dos riscos que possam ter impacto sobre a Companhia.

Medidas de proteção e mitigação de potenciais danos ao meio ambiente

Especialmente com relação aos potenciais danos ao meio ambiente, a Companhia adota medidas específicas de proteção e mitigação dentre as quais: (a) controle e gerenciamento de passivos ambientais em suas unidades, bem como aplicação de medidas corretivas visando mitigar os riscos e eliminar os passivos ambientais; (b) elaboração de estudos ambientais voltados à delimitação da extensão da degradação ambiental e dos riscos potenciais à saúde e ao meio ambiente; (c) adoção de controles e mecanismos para detectar falhas operacionais, (d) promoção de suas atividades de forma responsável em todas as localidades em que está presente, almejando o respeito às comunidades e ao meio ambiente e (d) contratação de seguros.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2018, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,7 bilhões, contra R\$2,2 bilhões em 2017, uma elevação de 23,2%, principalmente em função dos maiores preços e volumes de aço e de minério de ferro no período, do reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$418,7 (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e do reconhecimento do valor do principal a receber da Eletrobrás em R\$186,0 milhões informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A margem do EBITDA Ajustado em 2018 atingiu 19,6%, contra 20,4% em 2017. A dívida consolidada no ano de 2018 era de R\$5,9 bilhões, contra R\$6,7 bilhões em 31/12/2017, uma redução de 12,1% principalmente em função do pagamento integral das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. em 2008 (Eurobonds) no valor total de US\$400 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), e do pagamento do valor correspondente à totalidade do excedente de caixa ("*cash sweep*"), referentes ao período encerrado em 31/12/2017, no montante total de R\$378,8 milhões (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário). A dívida líquida consolidada em 31/12/2018 era de R\$4,2 bilhões, contra R\$4,3 bilhões em 2017, uma redução de 4,2%. O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano de 2018 em 1,6 vez, contra 2,0 vezes em 2017. Ao final de 2018, a composição da dívida por prazo de vencimento era de 8% no curto prazo e 92% no longo prazo.

No ano de 2017, o EBITDA Ajustado foi de R\$2,2 bilhões, contra R\$660,4 milhões em 2016, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA Ajustado no ano de 2017 atingiu 20,4%, contra 7,8% em 2016. No ano de 2017 a dívida líquida consolidada foi de R\$4,3 bilhões, 8,5% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31/12/2016, que foi de R\$4,7 bilhões. A dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos e debêntures) foi de R\$6,7 bilhões, contra R\$6,9 bilhões em 2016, uma redução de 2,9%, principalmente em razão da amortização de dívida no período, referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos *Eurobonds*, em função da renegociação da dívida e da pequena desvalorização cambial média de 1,5% no ano, que afetou negativamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por prazo de vencimento era de 15,2% no curto prazo e 84,8% no longo prazo. Esta composição continua sendo resultado da conclusão da renegociação de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2017 alcançou 2,38 vezes, contra 3,66 vezes, em 2016, em boa parte pela transferência dos valores de empréstimos e financiamentos e das debêntures do longo prazo para o curto prazo, correspondente ao *cash sweep* acordado entre a Companhia e seus credores.

No ano de 2016, a Usiminas apresentou um EBITDA ajustado de R\$660,4 milhões, contra R\$291,5 milhões em 2015, principalmente devido ao melhor desempenho das Unidades de Negócio de Siderurgia, Mineração e Transformação do Aço. A margem de EBITDA ajustado no ano de 2016 atingiu 7,8%, contra 2,9% em 2015. A dívida líquida consolidada foi de R\$4,7 bilhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 31 de dezembro de 2016, 20,1% inferior quando comparada com a dívida líquida de 31 de dezembro de 2016, que foi de R\$5,9 bilhões, representando 24% do capital investido. A dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos e debêntures) foi de R\$6,9 bilhões, contra R\$7,9 bilhões em 2015, redução de 12,0%, principalmente em razão da amortização de dívida no período e da valorização cambial média de 16,5% no ano, que afetou positivamente a parcela da dívida em moeda estrangeira. A composição da dívida por prazo de vencimento era de 1% no curto prazo e 99% no longo prazo. Esta nova composição é resultado da conclusão da renegociação da dívida de aproximadamente 92% da dívida total da Companhia, que obteve prazo total de 10 anos, dos quais 3 anos de carência para pagamento de principal, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos. O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 2016 alcançou 3,66 vezes, contra 1,53 vezes em 2015, também em função da renegociação da dívida.

b) Estrutura de capital

O passivo total da Companhia, que compreende o total de obrigações com terceiros refletiu acréscimo em 2018 conforme demonstrado no quadro abaixo. Em 2017 houve decréscimo do passivo total, quando comparado com 2016. A relação entre capital próprio e de terceiros, líquido de caixa e valores mobiliários, pode ser assim sumariada:

	2018	2017	2016
Passivo Total	10.826.460	10.800.513	11.063.111
Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	1.693.349	2.314.288	2.257.454
Passivo Total Líquido (A)	9.133.111	8.486.225	8.805.657
Patrimônio líquido (B)	15.697.391	15.183.964	15.191.634
Relação (A) / (B)	72%	79%	72%

i. Hipóteses de resgate

O estatuto social da Companhia não contém disposição a respeito, devendo ser observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Em caso de resgate, a Companhia adotará fórmula em acordo com as disposições legais.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um caixa de R\$1,7 bilhões (R\$2,3 bilhões em 2017 e R\$2,3 bilhões em 2016). Sua dívida apresenta um prazo médio de 3 anos em 2018 (4 anos em 2017 e 4 anos em 2016). A concentração da dívida no curto prazo em 2018 é de 8% do total da dívida (15% em 2017 e 1% em 2016). Esta composição continua sendo resultado da conclusão da renegociação de cerca de 92% da dívida total em 2016, entre os quais foram obtidos 3 anos de carência para pagamento de principal e foi adequado seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

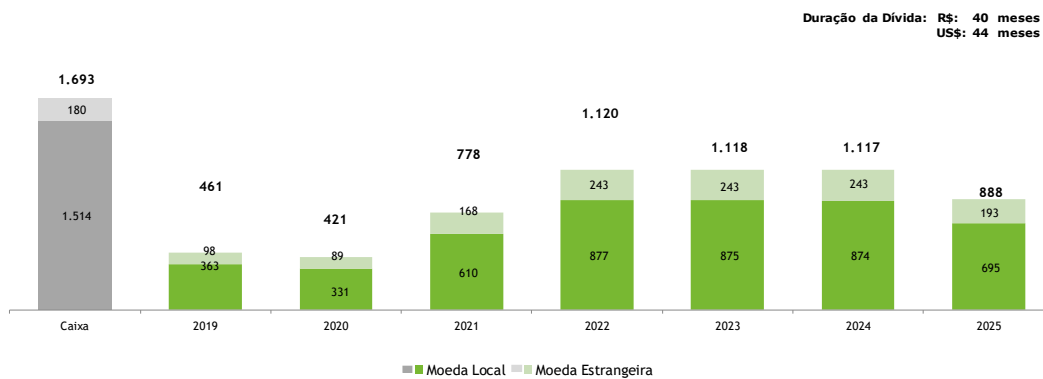
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 15 de dezembro foi realizado o pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões.

Adicionalmente, em evento subsequente ao encerramento do trimestre, na data de 18 de janeiro de 2018, foi realizado o pagamento integral das notas emitidas em 2008, no valor total de US\$400 milhões, dos quais cerca de US\$220 milhões retornaram ao caixa da Companhia em razão da operação de recompra de parte das notas, realizada em 2013.

Com estes pagamentos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

Perfil da Dívida - Consolidado



d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não-circulantes são geração de caixa operacional, linhas de bancos de desenvolvimento, empréstimos e financiamentos bancários com instituições/bancos públicos e privados, e emissão de títulos de dívida.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Conforme descrito no item (c), a Companhia buscará na administração de seu caixa, capital de giro e investimentos as fontes para possíveis coberturas de deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

As Empresas Usiminas possuíam, em 2018, empréstimos e financiamentos contratados no montante de R\$5,0 bilhões (R\$5,7 bilhões em 2017 e R\$5,9 bilhões em 2016) e R\$890,0 milhões de debêntures (R\$949,0 milhões em 2017 e R\$998,0 milhões em 2016).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Após a renegociação ocorrida em setembro de 2016, as principais operações de financiamentos são:

- Diversos contratos de empréstimos com o BNDES e Finaime com a finalidade de financiamento dos investimentos da Companhia, com vencimentos até 2025. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor destas operações era de R\$501 milhões (R\$516 milhões em 2017 e R\$546 milhões em 2016).
- Contratos de empréstimos com o JBIC e bancos comerciais japoneses para financiamento da construção da Central Termelétrica de Ipatinga, Coqueria em Ipatinga, Laminador de Tiras a Quente em Cubatão, com vencimentos até 2025. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor destas operações era de R\$1,1 bilhão (R\$1,0 bilhão em 2017 e R\$1,0 bilhão em 2016).
- Notas de Crédito de Exportação e Industrial com o Banco do Brasil para financiamento de capital de giro, com vencimentos até 2020. As notas foram liquidadas em setembro de 2016 e não há saldos em aberto destas operações no final de 2018, 2017 e 2016.
- Em 1º de outubro de 2013, as subsidiárias da Companhia sediadas na Dinamarca adquiriram US\$124,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2016 e US\$220,2 milhões de títulos de dívida com vencimento em 2018, emitidos pelas companhias Cosipa Commercial Ltda. e Usiminas Commercial Ltda., ambas controladas pela Companhia. A operação permitiu melhor alocação dos recursos da Companhia, além de diminuir a sua alavancagem bruta e reduzir os desembolsos financeiros projetados até o vencimento dos mencionados títulos. Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia exerceu a cláusula de resgate antecipado (*Early Redemption*) do título de dívida com vencimento em 2016, e dessa forma recomprou a totalidade dos títulos emitidos. O resgate antecipado também foi feito com o objetivo de reduzir a alavancagem bruta e os desembolsos financeiros projetados. Em junho de 2016 a Companhia procedeu a liquidação financeira dos títulos de dívida emitidos pela Cosipa Commercial Ltda com vencimento em 2016, mencionados acima.

Em junho de 2017, a Companhia reduziu o capital desta controlada no exterior Usiminas Europa e transferiu para sua titularidade os *Eurobonds* que essa controlada possuía em carteira, que em 31 de dezembro de 2017 correspondia ao montante de R\$775,7 milhões. A partir desta redução de capital, a Companhia passou a deter ativos e passivos financeiros nas mesmas bases, com a Usiminas Commercial como contraparte. Desta forma, a Companhia apresentou esse ativo e passivo financeiros pelo montante líquido no passivo circulante nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho e 30 de setembro de 2017. Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou o contrato de mútuo junto à Usiminas Commercial no montante total de US\$400 milhões. Portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha apenas o ativo financeiro junto à Usiminas Commercial no montante de R\$775,7 milhões. Em 18 de janeiro de 2018, a Usiminas Commercial efetuou o pagamento integral dos referidos títulos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Eurobonds aos seus respectivos credores, sendo que do total pago, R\$775,7 milhões foram revertidos ao caixa da Companhia que baixou o referido ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, em termos consolidados, a Companhia não possuía saldo devedor destas operações (R\$591 milhões em 2017 e R\$582 milhões em 2016).

- Emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2025 e taxa de 3% a.a. + 100% do CDI, com a finalidade de cumprir os diversos planos de investimentos da companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo devedor desta operação era de R\$890 milhões (R\$949 milhões em 2017 e R\$998 milhões em 2016).
- Contratos de financiamento de capital de giro com o Itaú BBA com vencimentos até 2025. Em 2018 o saldo devedor destas operações era de R\$600 milhões (R\$640 milhões em 2017 e R\$673 milhões em 2016).
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Banco do Brasil com vencimento em 2025. Em 2018 o saldo devedor desta operação era de R\$2,2 bilhões (R\$2,3 bilhões em 2017 e R\$2,4 bilhões em 2016).
- Contrato de financiamento de capital de giro com o Bradesco com vencimento em 2025. Em 2018 o saldo devedor desta operação era de R\$487 milhões (R\$519 milhões em 2017 e R\$544 milhões em 2016).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não houve outras relações de longo prazo com instituições financeiras adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui apenas uma dívida subordinada, sendo ela a emissão de debêntures no valor de R\$1,0 bilhão com vencimento em 2025, conforme relacionado no subitem f) i. acima.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento destas restrições

Os contratos financeiros citados no item f) i. exigem o cumprimento de determinadas condições e cláusulas contratuais, calculados em uma base individual (Controladora):

(a) Dívida Líquida / EBITDA:

- menor ou igual a 4,5x em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2019;
- menor ou igual a 3,5x em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2020;
- menor ou igual a 3,0x em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2021; e
- menor ou igual a 2,5x nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(b) EBITDA / Despesas Financeiras:

Mínimo 2,0x em 30 de junho de 2019, 31 de dezembro de 2019 e nas medições semestrais apuradas em 30 de junho e 31 de dezembro dos anos subsequentes.

Em relação aos *covenants* não financeiros estabelecidos nos instrumentos de dívida, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados ainda:

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia não possuía nenhum montante disponível junto ao BNDES, uma vez que o cancelamento foi solicitado integralmente e uma das condições da renegociação impõem que a Companhia não obtenha nenhum novo ingresso de dívida.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial nos anos 2018, 2017 e 2016 e suas variações

ATIVO	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	Análise Horizontal 2018 x 2017	Análise Horizontal 2017 x 2016
Caixa e equivalentes de caixa	1.106.790	4%	1.770.573	7%	719.870	3%	-37%	146%
Títulos e valores mobiliários	586.559	2%	543.715	2%	1.537.584	6%	8%	-65%
Contas a receber de clientes	1.894.291	7%	1.555.494	6%	1.179.212	4%	22%	32%
Estoques	3.880.635	15%	2.763.496	11%	2.604.306	10%	40%	6%
Impostos a recuperar	747.928	3%	362.465	1%	238.600	1%	106%	52%
Dividendos a receber	13.562	0%	139.078	1%	2.463	0%	-90%	5.547%
Instrumentos financeiros derivativos	347	0%	12	0%	44.669	0%	2.792%	-100%
Demais contas a receber	94.205	0%	119.922	0%	93.774	0%	-21%	28%
Total do ativo circulante	8.324.317	31%	7.254.755	28%	6.420.478	24%	15%	13%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.765.356	10%	3.046.112	12%	3.120.368	12%	-9%	-2%
Valores a receber de empresas ligadas	2.342	0%	3.147	0%	3.842	0%	-26%	-18%
Depósitos judiciais	523.557	2%	675.600	3%	660.229	3%	-23%	2%
Instrumentos financeiros derivativos	3.553	0%	1.184	0%	100.670	0%	200%	-99%
Impostos a recuperar	454.284	2%	54.881	0%	164.242	1%	728%	-67%
Valores a receber Eletrobrás	676.023	3%	0	0%	0	0%	-	-
Demais contas a receber	275.707	1%	334.938	0%	215.932	1%	-18%	55%
Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas	1.088.094	4%	1.054.052	4%	1.126.176	4%	3%	-6%
Imobilizado	11.715.022	44%	12.882.618	50%	13.748.890	52%	-9%	-6%
Intangível	695.596	3%	677.190	3%	693.918	3%	3%	-2%
Total do ativo não circulante	18.199.534	69%	18.729.722	72%	19.834.267	76%	-3%	-6%
TOTAL DO ATIVO	26.523.851	100%	25.984.477	100%	26.254.745	100%	2%	-1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	Análise Horizontal 2018 x 2017	Análise Horizontal 2017 x 2016
Passivo circulante								
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.133.763	4%	976.917	4%	846.377	3%	16%	15%
Empréstimos e financiamentos	396.799	1%	927.946	4%	62.157	0%	-57%	1.393%
Debêntures	70.237	0%	62.031	0%	5.551	0%	13%	1.017%
Adiantamentos de clientes	63.484	0%	81.394	0%	35.806	0%	-22%	127%
Títulos a pagar - <i>Forfaiting</i>	965.927	4%	475.251	2%	356.970	1%	103%	33%
Salários e encargos sociais	205.583	1%	188.735	1%	197.076	1%	9%	-4%
Tributos a recolher	126.212	0%	95.089	0%	58.447	0%	33%	63%
Tributos parcelados	4.180	0%	20.494	0%	8.529	0%	-80%	140%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	3.299	0%	1.434	0%	7.538	0%	130%	-81%
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	202.809	1%	75.644	0%	22.001	0%	168%	244%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	0	0%	48.577	0%	-	-100%
Demais contas a pagar	163.377	1%	141.485	1%	103.215	0%	15%	37%
Total do passivo circulante	3.335.670	13%	3.046.420	12%	1.752.244	7%	9%	74%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	4.562.971	17%	4.758.468	18%	5.864.416	22%	-4%	-19%
Debêntures	819.783	3%	887.334	3%	992.184	4%	-8%	-11%
Valores a pagar a empresas ligadas	134.254	1%	143.170	1%	153.269	1%	-6%	-7%
Tributos parcelados	0	0%	0	0%	9.050	0%	-	-100%
Provisão para demandas judiciais	635.551	2%	668.964	3%	607.863	2%	-5%	10%
Provisão para recuperação ambiental	203.707	1%	158.333	1%	143.042	1%	29%	11%
Benefícios pós-emprego	1.034.228	4%	1.050.324	4%	1.342.727	5%	-2%	-22%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0%	0	0%	102.413	0%	-	-100%
Demais contas a pagar	100.296	0%	87.500	0%	95.903	0%	15%	-9%
Total do passivo não circulante	7.490.790	28%	7.754.093	30%	9.310.867	35%	-3%	-17%
TOTAL DO PASSIVO	10.826.460	41%	10.800.513	42%	11.063.111	42%	0%	-2%
Patrimônio líquido								
Capital social	13.200.295	50%	13.200.295	51%	13.200.295	50%	0%	0%
Reservas de capital	309.391	1%	311.747	1%	309.445	1%	-1%	1%
Reservas de lucros	766.942	3%	202.207	1%	0	0%	279%	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(10.330)	0%	60.546	0%	26.000	0%	-117%	133%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	14.266.298	54%	13.774.795	53%	13.535.740	52%	4%	2%
Participação dos acionistas não controladores	1.431.093	5%	1.409.169	5%	1.655.894	6%	2%	-15%
Total do patrimônio líquido	15.697.391	59%	15.183.964	58%	15.191.634	58%	3%	0%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.523.851	100%	25.984.477	100%	26.254.745	100%	2%	-1%

A seguir estão demonstradas as alterações significativas nas linhas que representam mais de 2% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação entre os exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**2018 – 2017 COMENTÁRIOS****ATIVO CIRCULANTE**Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

A redução de R\$621 milhões no ano de 2018, refere-se, basicamente, ao efeito líquido consolidado do pagamento em 18 de janeiro de 2018 efetuado pela Usiminas Commercial dos *Eurobonds* que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas R\$339 milhões, deve-se ao aumento do prazo médio de recebimento de clientes.

Estoques

Aumento no saldo de Estoques em R\$1,1 bilhão em função, principalmente, da elevação de preços de matérias primas, em destaque o carvão e placas adquiridas.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$ 385 milhões, que representou variação de 106% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia.

ATIVO NÃO CIRCULANTEImposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tiveram uma redução de 9% principalmente devido à constituição de diferido passivo sobre depreciação fiscal, no valor de R\$356 milhões.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou uma redução de 23% no comparativo entre os períodos, passando de R\$676 milhões em 2017, para R\$524 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à provisão para perda de IR/CSLL (expurgo Plano Verão) e INSS (autônomos) de R\$98 milhões; e levantamento de depósito referente a execução fiscal para cobrança de contribuição previdenciária (INSS) sobre abono único de R\$43 milhões.

Impostos a recuperar

Em 2018, o aumento de R\$ 399 milhões, que representou variação de 728% na comparação com 2017, foi decorrente, principalmente, do reconhecimento do montante referente a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Valores a receber Eletrobrás

Em 2018, transitou em julgado, com decisão favorável à Companhia, ação judicial que visava receber o valor integral recolhido pela Usiminas junto à Eletrobrás a título de empréstimo compulsório. Esse valor, que foi integralmente reconhecido, totalizou R\$ 676 milhões. Em 2017, não havia registro referente a esse tema nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 9%, o equivalente a R\$1,2 bilhão, principalmente devido a depreciação do período e a perda por *impairment*. Os investimentos em CAPEX no ano de 2018 foram de R\$463 milhões, compensando em parte a citada redução.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores, empreiteiros e fretes

Em 2018, a elevação de 16% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$157 milhões em relação a 2017, é decorrente, principalmente, dos gastos relacionados com a aquisição de coque verde de petróleo junto a Petrobrás Distribuidora.

Títulos a pagar *forfating*

Em 2018, aumento em títulos a pagar - *forfating* em R\$491 milhões, devido à gestão de caixa da Companhia, para alongamento de prazo de pagamento com fornecedores.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$195 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$310 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019. O aumento do dólar em mais de 17% impactou a parcela da dívida correspondente a esta moeda, compensando em parte a citada redução.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$68 milhões refere-se à transferência de aproximadamente R\$56 milhões de longo prazo para curto prazo, relativos ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2019.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais reduziu 5% no comparativo entre os períodos, passando de R\$669 milhões em 2017, para R\$636 milhões em 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia, além de adições trabalhistas e reversões tributárias e cíveis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**2017 – 2016 COMENTÁRIOS****ATIVO CIRCULANTE**Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$1,1 bilhão verificado em caixa e equivalentes de caixa no ano de 2017, ocorreu, basicamente, pelo recebimento por parte da Usiminas Commercial, em 12 de dezembro de 2017, dos *Eurobonds* que totalizavam USD400 milhões.

Contas a receber de clientes

O aumento no contas a receber na Usiminas em R\$376 milhões, deve-se a melhora do mercado e aumento de preços.

Estoques

Os estoques apresentaram um aumento de 6,1% equivalente a R\$159 milhões, decorrente do aumento nos custos de produção, em função de maiores custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas.

ATIVO NÃO CIRCULANTEInvestimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

O investimento em coligadas e controladas apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$72 milhões, decorrente principalmente, do registro de perda por valor recuperável de ativos (*impairment*), referente ao ágio proveniente da aquisição da controlada Modal e da coligada Codeme.

Imobilizado

O Imobilizado apresentou redução de 6%, o equivalente a R\$866 milhões, principalmente devido a depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2017 foram de R\$216 milhões, não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

PASSIVO CIRCULANTEFornecedores, empreiteiros e fretes

A elevação de 15% em fornecedores, empreiteiros e fretes, equivalente a R\$131 milhões, deve-se, principalmente, aos gastos relacionados ao aumento das exportações na Unidade de Mineração, que resultaram em maiores gastos com frete marítimo, ferroviário e carregamento portuário. Adicionalmente, também na Unidade Mineração, a retomada da produção em duas instalações de tratamento de minério gerou gastos pulverizados entre diversos fornecedores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$866 milhões refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo e da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018. O aumento das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões refere-se à transferência de aproximadamente R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$1,1 bilhão refere-se principalmente a transferência de cerca de R\$587 milhões da dívida da Usiminas Commercial de longo prazo para o curto prazo; da transferência de cerca de R\$319 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018, e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$244 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos *Eurobonds*, em função da renegociação da dívida.

A redução das debêntures no longo prazo em R\$105 milhões refere-se a transferência de cerca de R\$60 milhões de longo prazo para curto prazo, referente ao mecanismo de *cash sweep*, que orienta a antecipação de valores de principal, os quais serão pagos em 15 de março de 2018 e ao pagamento de parcela de principal no valor de R\$46 milhões referente a antecipação relativa ao pagamento correspondente a 50% do saldo do principal em aberto dos *Eurobonds*, em função da renegociação da dívida.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 10% no comparativo entre os períodos, passando de R\$608 milhões em 2016 para R\$669 milhões em 2017. Esta variação ocorreu, basicamente, devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e adições tributárias, principalmente em relação a ação anulatória de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS.

Benefícios pós-emprego

A redução das provisões para Benefícios pós-emprego no valor de R\$292 milhões em 31 de dezembro de 2017, quando comparado com 31 de dezembro de 2016, refere-se principalmente às amortizações dos passivos com os planos no valor total de R\$230 milhões e, também, pela reversão do Fundo Previdencial do Plano de Benefício Definido-PBD no valor de R\$157 milhões. Esta redução foi parcialmente compensada por R\$97 milhões de constituição de novas provisões, principalmente no Plano de Saúde, dentre outras variações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**2016 – 2015 COMENTÁRIOS****ATIVO CIRCULANTE**Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e valores Mobiliários

O aumento de R\$233 milhões verificado no ano de 2016 ocorreu principalmente em função das capitalizações realizadas pela Companhia no valor de R\$1,05 bilhões, que foram parcialmente consumidos pelas operações da Companhia no segundo trimestre, bem como pelo pagamento de juros financeiros e de algumas dívidas que não foram renegociadas.

Contas a receber de clientes

A redução no contas a receber na Usiminas em R\$249 milhões, deve-se principalmente ao menor prazo de recebimento que reduziu a média geral de 43 dias em 2015 para 32 dias em 2016 e pela maior provisão para devedores duvidosos.

Estoques

Os Estoques apresentaram uma redução de 5% o equivalente a R\$144 milhões decorrente da redução da produção, principalmente devido à paralisação das áreas primárias de Cubatão, e também da redução das vendas incorrendo em menor demanda de produtos em estoque.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo de instrumentos financeiros derivativos apresentou uma redução de 71%, passando de R\$153 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$45 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta variação deve-se principalmente à liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2015, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de *swap*, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

ATIVO NÃO-CIRCULANTEImposto de renda e contribuição social diferidos

A redução de R\$161 milhões nos tributos diferidos se justifica pela diminuição das diferenças temporárias. Destacam-se a variação de R\$122 milhões de diferenças temporárias sobre perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*) e a redução de R\$64 milhões referente à diferença temporária do *Take or Pay* com a MRS. As demais variações foram pulverizadas.

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais aumentou 11% no comparativo entre os períodos, passando de R\$597 milhões em 2015 para R\$660 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

devido à correção monetária dos depósitos na unidade de negócios Siderurgia e a constituição de novos depósitos trabalhistas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução nos instrumentos financeiros derivativos em R\$459 milhões decorreu principalmente da liquidação de contratos de swap no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia. Adicionalmente, o ano de 2016 apresentou depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de swap, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de caixa.

Imobilizado

O imobilizado apresentou redução de 7%, o equivalente a R\$995 milhões, decorrente, principalmente, da depreciação do período. Os investimentos em CAPEX no ano de 2016 foram baixos (R\$225 milhões), não contribuindo, significativamente, para o aumento do ativo.

Intangível

O aumento de R\$355 milhões no intangível no ano de 2016, correspondente, principalmente, à reversão de *impairment* da controlada Mineração Usiminas no valor de R\$357 milhões, em função das novas projeções de gastos e investimentos de longo prazo.

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

A redução dos empréstimos e financiamentos no curto prazo em R\$1,8 bilhão reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$790 mil e junto ao JBIC e Nippon Usiminas no valor de R\$521 mil. A redução das debêntures no curto prazo em R\$56 milhões refere-se ao menor valor de juros provisionados no período, em função da renegociação de seu contrato, que alterou os prazos de pagamento de juros de semestrais para trimestrais.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 76% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$151 milhões decorreu principalmente em função da liquidação de contratos de *swap* no ano de 2016, em conformidade com o plano de renegociação da dívida da Companhia.

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos e debêntures

O aumento dos empréstimos e financiamentos no longo prazo em R\$906 milhões reflete principalmente a renegociação da maioria dos contratos, alongando o prazo de vencimento de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

suas parcelas de principal para até 2026 e transferindo grande parte da dívida que se encontrava no curto prazo para o longo prazo, principalmente nos contratos firmados junto ao Bradesco, no valor de R\$545 mil e junto ao Banco do Brasil no valor de R\$837 mil. A redução das debêntures no longo prazo em R\$7 milhões refere-se ao novo valor a amortizar de diferimento de despesas de renegociação desta dívida, passando de R\$819 mil em 2015 para R\$7.816 mil em 2016.

Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais aumentou 9% no comparativo entre os períodos, passando de R\$557 milhões em 2015, para R\$608 milhões em 2016. Esta variação ocorreu principalmente devido à correção monetária de demandas judiciais na unidade de negócios Siderurgia e a adição de demandas judiciais trabalhistas referente ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão, onde pleiteiam verbas trabalhistas diversas.

Instrumentos financeiros derivativos

A redução de 50% nos instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$101 milhões decorreu principalmente da depreciação do Dólar Americano frente ao Real em 17% no ano de 2016 contra uma apreciação do Dólar Americano frente ao Real em 47% no ano de 2015, obtendo uma redução na marcação a mercado dos instrumentos de swap, cujo objetivo é reduzir a volatilidade do fluxo de Caixa.

Demonstrações do resultado dos anos 2018, 2017 e 2016 e suas variações

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2018	AV (%) 2018	31/12/2017	AV (%) 2017	31/12/2016	AV (%) 2016	Análise Horizontal 2018 x 2017	Análise Horizontal 2017 x 2016
Receita de bens e serviços	13.736.780	100%	10.734.118	100%	8.454.200	100%	28%	27%
Custo dos Bens e Serviços	-11.521.694	-84%	-9.099.024	-85%	-7.966.878	-94%	27%	14%
Resultado Bruto	2.215.086	16%	1.635.094	15%	487.322	6%	35%	236%
Despesas Receitas operacionais	-1.072.815	-8%	-751.224	-7%	-708.914	-8%	43%	6%
Despesas com Vendas	-337.404	-2%	-250.950	-2%	-272.731	-3%	34%	-8%
Despesas Gerais e Administrativas	-440.022	-3%	-404.393	-4%	-354.218	-4%	9%	14%
Outras (Despesas/Receitas) Operacionais	-555.739	-4%	-250.777	-2%	-224.826	-3%	122%	12%
Resultado de Equivalência Patrimonial	260.350	2%	154.896	1%	142.861	2%	68%	8%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos	1.142.271	8%	883.870	8%	-221.592	-3%	29%	-499%
Resultado Financeiro	93.045	1%	-462.920	-4%	-30.156	0%	-120%	1.435%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.235.316	9%	420.950	4%	-251.748	-3%	193%	-267%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-406.621	-3%	-105.870	-1%	-325.095	-4%	284%	-67%
Lucro/Prejuízo consolidado do Período	828.695	6%	315.080	3%	-576.843	-7%	163%	-155%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**2018 – 2017 COMENTÁRIOS**Receita de vendas de bens e serviços

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,2 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2018 (4,0 milhões de toneladas em 2017), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 6,5 milhões de toneladas de minério de ferro no mesmo período (3,7 milhões em 2017).

Custo dos bens ou serviços vendidos

No ano de 2018, o CPV foi de R\$11,5 bilhões, contra R\$9,1 bilhões em 2017, uma elevação de 26,6%, principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta em 2018 foi de 16,1%, contra 15,2% em 2017.

Despesas com vendas

No ano de 2018, as despesas com vendas totalizaram R\$337,4 milhões, contra R\$251,0 milhões em 2017, uma elevação de 34,5% em função principalmente de maiores custos de distribuição decorrente do maior volume de vendas e da maior provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Despesas gerais e administrativas

Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$440,0 milhões, uma elevação de 8,8% em relação ao ano de 2017, que foram de R\$404,4 milhões, principalmente em função de maiores despesas com serviços de terceiros (despesas advocatícias).

Despesas e receitas operacionais

Outras despesas e receitas operacionais em 2018 foram negativas em R\$555,7 milhões, contra R\$250,8 milhões negativas no ano de 2017, um aumento de 121,6% principalmente devido a:

- Perda por *impairment*, no valor de R\$529,3 milhões na Unidade de Siderurgia, de R\$143,1 milhões na Unidade de Bens de Capital, parcialmente compensados pela reversão de *impairment* no valor de R\$199,6 milhões na Unidade de Mineração em 2018. No ano de 2017, houve *impairment* de ativos no valor de R\$73,0 milhões Unidade de Siderurgia e de R\$1,9 milhões na Unidade de Mineração;
- Menores créditos fiscais relacionados ao valor do principal relativo ao PIS/Cofins de importação em R\$201,4 milhões, que foram de R\$36,1 milhões em 2018, contra R\$237,5 milhões em 2017;
- Reconhecimento de R\$201,1 milhões, líquido de despesas, pela Mineração Usiminas no ano de 2017, referente ao Acordo com a Porto Sudeste. Não houve tal efeito em 2018;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Provisão para perda de depósitos judiciais em R\$55,8 milhões;
- Provisão de R\$37,5 milhões de créditos fiscais decorrente da expectativa de não recuperação futura.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Reconhecimento do valor do principal de créditos fiscais no montante de R\$410,9 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$7,8 milhões na Unidade de Bens de Capital relacionados ao processo transitado em julgado relativo à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário);
- Reconhecimento do valor do principal do montante a receber de R\$186,0 milhões relativos a processo transitado em julgado relacionado a empréstimo compulsório à Eletrobrás, no ano de 2018, na Unidade de Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário).

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

No ano de 2018, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas totalizou R\$260,4 milhões, contra R\$154,9 milhões no ano de 2017, principalmente em função da maior contribuição da Unigal e da MRS Logística e do menor impacto do resultado negativo da Codeme.

Resultado financeiro

Em 2018, o resultado financeiro foi de R\$93,0 milhões positivo, contra R\$462,9 milhões negativo em 2017, principalmente em função do reconhecimento de correção monetária sobre créditos a receber da Eletrobrás no montante de R\$490,0 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário) e ao reconhecimento de juros relativos ao processo de inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em R\$384,5 milhões Siderurgia (informações detalhadas no item 10.9 deste formulário), parcialmente compensados pela perda cambial de R\$163,4 milhões em 2018, contra perda de R\$21,6 milhões em 2017.

2017 – 2016 COMENTÁRIOS**Receita de vendas de bens e serviços**

No ano de 2017, a receita líquida foi de R\$10,7 bilhões, contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maior volume de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano. Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 4,0 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2017 (3,7 milhões de toneladas em 2016), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,7 milhões de toneladas de minério de ferro (3,2 milhões em 2016).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2017, o CPV foi de R\$9,1 bilhões, contra R\$8,0 bilhões em 2016, um crescimento de 14,2% principalmente em função ao maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. A margem bruta no ano de 2017 foi de 15,2%, contra 5,8% em 2016.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2017, as despesas com vendas foram de R\$251,0 milhões, contra R\$272,7 milhões em 2016, principalmente devido a menor provisão para devedores duvidosos em R\$31,3 milhões, parcialmente compensada por maiores custos de distribuição devido à maior exportação de aço e minério de ferro no período.

As despesas gerais e administrativas em 2017 foram de R\$404,4 milhões, contra R\$354,2 milhões em 2016, representando uma elevação de 14,2%, em função de maiores despesas com mão de obra própria e de terceiros, bem como de despesas gerais.

Outras despesas e receitas operacionais foram de R\$250,8 milhões negativos em 2017 contra R\$224,8 milhões negativos em 2016, em função de:

- *Impairment* de ativos no valor de R\$74,9 milhões em 2017, relativo ao ágio proveniente da aquisição da Controlada Rios Unidos, Controlada Modal e Coligada Codeme, contra uma reversão de *impairment* de R\$358,3 milhões em 2016 na unidade de Mineração; Vale destacar que o EBITDA Ajustado não é impactado por eventos de *impairment* de ativos;
- Resultado de venda e baixa de ativos negativo no valor de R\$1,2 milhão em 2017, contra R\$71,5 milhões positivo em 2016;
- Maiores provisões para demandas judiciais em R\$73,1 milhões, que foram de R\$138,1 milhões em 2017 contra R\$65,0 milhões em 2016.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Recebimento decorrente do Acordo firmado no processo de arbitragem contra o Porto Sudeste, no valor de R\$201,1 milhões líquido de despesas no ano de 2017.
- Resultado de venda de energia elétrica de R\$14,0 milhões positivo em 2017, contra R\$132,8 milhões negativo em 2016.
- Créditos fiscais de R\$237,5 milhões em 2017, contra R\$176,3 milhões em 2016;
- Menores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados no valor de R\$403,8 milhões, dos quais R\$349,1 milhões foram relativos a depreciação, contra R\$485,1 milhões em 2016, dos quais R\$427,9 milhões foram relativos a depreciação;
- Evento extraordinário, não recorrente, referente a despesa pela antecipação de término de contrato com fornecedor de R\$70,7 milhões em 2016. Não houve evento desta natureza em 2017;
- Maior receita com o Programa Reintegra que foi de R\$25,4 milhões em 2017, contra R\$0,8 milhão em 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$154,9 milhões em 2017, contra R\$142,9 milhões em 2016, principalmente decorrente do desempenho da Unigal e da MRS Logística.

Resultado financeiro

No ano de 2017, o resultado financeiro líquido foi de R\$462,9 milhões negativos, contra R\$30,1 milhões negativos em 2016, principalmente em função da desvalorização do Real frente ao Dólar de 1,5% em 2017, contra uma valorização de 16,5% em 2016, que resultou em perdas cambiais de R\$21,6 milhões em 2017 contra ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016. Adicionalmente, o ano de 2017 apresentou despesas com operações de swap de R\$0,1 milhão contra despesas de R\$302,1 milhões em 2016, em função da renegociação das dívidas da Companhia iniciada em 2016, onde alguns contratos, alvos da renegociação, foram encerrados e substituídos por novos instrumentos de dívidas colaborando assim para o aumento destas despesas.

2016 – 2015 COMENTÁRIOS

Receita de vendas de bens e serviços

No exercício de 2016, a receita líquida foi de R\$8,5 bilhões, contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia.

Na Unidade de Siderurgia foram vendidas 3,7 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos em 2016 (4,9 milhões de toneladas em 2015), enquanto na Unidade de Mineração foram vendidos 3,2 milhões de toneladas de minério de ferro (3,8 milhões em 2015).

Custo dos bens ou serviços vendidos

Em 2016, o CPV foi de R\$8,0 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2015, uma redução de 20%, acompanhando o menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado. A margem bruta no ano de 2016 foi de 5,8%, contra 1,7% em 2015.

Despesas e receitas operacionais

No ano de 2016, as despesas com vendas foram de R\$272,7 milhões contra R\$258,1 milhões em 2015, principalmente devido a maior provisão para devedores duvidosos em R\$37,3 milhões, parcialmente compensada por menores custos de distribuição, menores despesas com serviços de terceiros e menores despesas gerais.

As despesas gerais e administrativas em 2016 foram de R\$354,2 milhões, contra R\$440,1 milhões em 2015, representando uma queda de 20%, decorrente da redução de 31,9% em despesas com mão de obra própria e de 14,1% em despesas gerais.

Outras despesas operacionais foram de R\$224,8 milhões em 2016 contra R\$3,2 bilhões em 2015 consequência principalmente da reversão de *impairment* na Unidade de Mineração no valor de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$357,5 milhões contra um *impairment* de R\$2,6 bilhões em 2015 (sendo R\$2,1 bilhões na Unidade de Mineração, R\$357,2 milhões na Unidade de Siderurgia e R\$56,7 milhões na Unidade de Transformação do Aço), das menores despesas relacionadas com a reestruturação dos negócios de Siderurgia e Mineração, sendo R\$3,8 milhões em 2016 contra R\$256,8 milhões em 2015 e de créditos fiscais de R\$176,3 milhões em 2016 (não houve evento desta natureza em 2015). Estes eventos foram parcialmente compensados pelas maiores despesas com custos não absorvidos de equipamentos parados em 2016, totalizando R\$ 485 milhões contra R\$164 milhões em 2015, e o resultado negativo da venda de energia elétrica, R\$ 132 milhões em 2016 em comparação com um resultado positivo de R\$ 65,4 milhões em 2015.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

O resultado de equivalência patrimonial em coligadas e controladas foi de R\$142,9 milhões em 2016, contra R\$95,6 milhões em 2015, principalmente decorrente do melhor desempenho das coligadas Unigal e da MRS Logística neste ano.

Resultado financeiro

No ano de 2016, as despesas financeiras líquidas foram de R\$30,2 milhões, contra R\$1,2 bilhão em 2015, em função da valorização cambial de 16,5% em 2016, contra uma desvalorização cambial de 47,0% em 2015, o que gerou ganhos cambiais de R\$639,1 milhões em 2016, contra perdas cambiais de R\$1,1 bilhão em 2015 e do resultado negativo de R\$147 milhões de efeitos monetários em 2016, contra um resultado negativo de R\$215 milhões em 2015. Estes eventos foram compensados pelos maiores juros sobre financiamentos no montante de R\$ 493 milhões em 2016 comparados com R\$255 milhões em 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada principalmente pela venda de produtos siderúrgicos, como chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, placas e galvanizados (Unidade de Siderurgia).

A Usiminas apresenta também em suas demonstrações financeiras consolidadas receitas provenientes das unidades de Mineração, Transformação do Aço e Bens de Capital. A receita destas unidades é gerada principalmente por:

- Mineração: Venda de minério de ferro através da Mineração Usiminas S.A.
- Transformação do Aço: Beneficiamento e distribuição de produtos siderúrgicos através da Soluções Usiminas S.A.
- Bens de Capital: Fabricação de Estruturas Metálicas, Equipamentos Industriais, Fundição e Vagões Ferroviários e Serviços de Montagens Industriais através da Usiminas Mecânica S.A.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Usiminas é afetado principalmente pela demanda, que influencia o volume vendido e os preços de nossos produtos e também pelas taxas de câmbio que podem facilitar a importação de produtos e dificultar nossa competitividade.

No ano de 2018, a receita líquida foi de R\$13,7 bilhões, uma elevação de 28% em relação ao ano de 2017, que foi de R\$10,7 bilhões, em função de maiores preços médios e volumes de aço e de minério de ferro ao longo do ano. A distribuição desta receita foi de 83% no mercado interno e 17% no mercado externo.

No ano de 2018, a receita líquida da Unidade de Siderurgia foi de R\$12,6 bilhões, contra R\$10,0 bilhões em 2017, uma elevação de 26,0% principalmente em função de melhores preços no mercado interno e externo e de maiores volumes no mercado interno. Na Unidade de Mineração, totalizou R\$1,1 bilhão, uma elevação de 106,8% em relação à de 2017, que foi de R\$524,8 milhões, principalmente devido ao maior volume de vendas em 76,1%, destacando-se a retomada das exportações, e os melhores preços no mercado internacional. No ano de 2018, o cash cost por tonelada foi de R\$60,8/t, contra R\$58,9/t no ano de 2017, uma elevação de 3,2%, principalmente em função de maiores custos de mão-de-obra, serviços de manutenção, energia elétrica e combustível. Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi R\$3,2 bilhões, 29,7% superior à de 2017, que foi de R\$2,5 bilhões, devido principalmente ao maior preço médio em aproximadamente 16,8% no período e maiores volumes de venda e serviços. Por fim, a receita líquida da Unidade Bens de Capital foi de R\$352,7 milhões, contra R\$287,6 milhões em 2017, uma elevação de 22,6%, em função do crescimento no segmento de Vagões Ferroviários. No ano de 2017, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$10,7 bilhões contra R\$8,5 bilhões em 2016, um crescimento de 27,0% em função de maiores volumes de venda de aço e minério de ferro, bem como da elevação dos preços médios ao longo do ano. A distribuição desta

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

receita foi de 86% no mercado interno e 14% no mercado externo. Na Unidade de Negócio Siderurgia, a receita líquida foi de R\$10,0 bilhões, 32,7% superior à de 2016, que foi de R\$7,5 bilhões, principalmente devido aos maiores volumes e preços de venda de aço. Na Unidade de Mineração, a receita líquida foi de R\$524,8 milhões, contra R\$366,1 milhões em 2016, um crescimento de 43,3%, em função do maior volume de vendas e do maior preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2017, contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%. Na Unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$2,5 bilhões, contra R\$1,9 bilhão em 2016, um crescimento de 34,7%, devido ao maior volume de vendas e serviços e pelo maior preço médio em cerca de 16% no período. Por fim, da Unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$287,6 milhões, contra R\$568,3 milhões em 2016, uma redução de 49,4%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

Em 2016, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$8,5 bilhões contra R\$10,2 bilhões em 2015, uma redução de 17,0% em função de menor volume de venda de aço e minério de ferro, decorrente da retração de mercado enfrentada pelas Unidades de Negócio da Companhia. A distribuição desta receita foi de 88% no mercado interno e 12% no mercado externo. Na unidade de Siderurgia, a receita líquida foi de R\$7,5 bilhões, 18,1% inferior à de 2015, que foi de R\$9,2 bilhões, devido ao menor volume de vendas de aço no mercado doméstico em 11,5%, reflexo da retração da economia brasileira no ano que afetou fortemente os setores industriais intensivos no consumo de aço, e ao menor volume de exportações em 64%, resultado das medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. Na unidade de Mineração a receita líquida foi de R\$366,1 milhões em 2016, contra R\$486,2 milhões em 2015, uma redução de 24,7%, em função do menor volume de vendas e da queda do preço de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%. Na unidade Transformação do Aço a receita líquida foi de R\$1,8 bilhão em 2016, contra R\$1,9 bilhão, uma redução de 5,7%, devido ao menor volume de vendas e serviços parcialmente compensado pelo maior preço médio em 1% no período. Na unidade Bens de Capital a receita líquida apurada foi de R\$568,3 milhões em 2016, contra R\$868,6 milhões em 2015, uma redução de 34,6%, principalmente decorrente da redução de sua carteira de projetos de equipamentos, estruturas e montagens em razão da estagnação de projetos nos setores de óleo e gás e infraestrutura no país.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Demonstração de Resultado por Unidades de Negócios – Acumulado**

R\$ milhões		Siderurgia*	Mineração	Transformação do Aço	Bens de Capital	Eliminações e Ajustes	Consolidado
2018	Receita Líquida de Vendas	12.570	1.085	3.238	353	(3.509)	13.737
	Mercado Interno	10.935	385	3.238	353	(3.509)	11.402
	Mercado Externo	1.635	700	-	-	-	2.335
2017	Receita Líquida de Vendas	9.980	525	2.497	288	(2.556)	10.734
	Mercado Interno	8.635	344	2.496	287	(2.556)	9.207
	Mercado Externo	1.346	180	1	1	-	1.527
2016	Receita Líquida de Vendas	7.518	366	1.853	568	(1.852)	8.454
	Mercado Interno	6.609	292	1.853	567	(1.852)	7.469
	Mercado Externo	909	74	-	1	-	985

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Volumes de vendas

Indicadores	2018	AV (%) 2018	2017	AV (%) 2017	2016	AV (%) 2016	Var. 2018/2017	Var. 2017/2016
Vendas físicas de aço (t mil)	4.198	100%	4.026	100%	3.652	100%	4%	10%
Mercado Interno	3.650	87%	3.441	85%	3.176	87%	6%	8%
Mercado Externo	548	13%	585	15%	477	13%	-6%	23%
Vendas de minério (t mil)	6.474	100%	3.676	100%	3.207	100%	76%	15%
Mercado Interno - Para Terceiros	759	12%	293	8%	284	9%	159%	4%
Mercado Externo	3.274	50%	891	24%	520	16%	267%	71%
Mercado Interno - Usiminas	2.441	38%	2.492	68%	2.403	75%	-2%	4%

Em 2018, o volume total de vendas alcançou 4,2 milhões de toneladas, uma elevação de 4,3% em relação ao ano de 2017, que foi de 4,0 milhões de toneladas. As vendas no mercado interno foram de 3,7 milhões de toneladas, contra 3,4 milhões de toneladas em 2017, um aumento de 6,1%. No mercado externo as vendas totalizaram 549 mil toneladas, uma redução de 6,2% em relação ao ano de 2017, que foi de 585 mil toneladas. O volume de vendas foi 87% destinado ao mercado interno e 13% às exportações em 2018.

Na Unidade de Mineração, em 2018, o volume de vendas totalizou 6,5 milhões de toneladas em 2018, contra 3,7 milhões de toneladas em 2017, uma elevação de 76,1% principalmente devido à retomada das exportações e ao maior volume de vendas no mercado doméstico.

No ano de 2017, o volume total de vendas foi de 4,0 milhões de toneladas, contra 3,7 milhões de toneladas em 2016, representando um crescimento de 10,2%. O mercado interno, com maior representatividade, registrou vendas de 3,4 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um crescimento de 8,4% na comparação com o ano anterior, principalmente impulsionado pela recuperação da demanda nos setores automotivo, setores ligados à safra tais como máquinas agrícolas e silos, e setores exportadores. As exportações foram de 584,3 mil toneladas, uma elevação de 22,6% em relação às de 2016. A participação das vendas no mercado doméstico representou 85% das vendas totais, em 2017.

Em relação às vendas de minério, o volume total foi de 3,7 milhões de toneladas em 2017, contra 3,2 milhões em 2016, um aumento de 14,6%, principalmente devido à retomada das exportações no terceiro trimestre do ano.

No ano de 2016, o volume total de vendas de aço foi de 3,7 milhões de toneladas, contra 4,9 milhões de toneladas em 2015, representando uma redução de 25,7%. O mercado interno, com

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

maior representatividade, registrou vendas de 3,2 milhões de toneladas em 2016, uma redução de 11,5% na comparação com o ano anterior, em função da forte queda da demanda no Brasil. As exportações foram de 477 mil toneladas, uma redução de 64,0% em relação às de 2015, refletindo as medidas antidumping de alguns países e a grande concorrência com as exportações chinesas. A participação das vendas no mercado doméstico cresceu, atingindo 87% das vendas totais, em 2016.

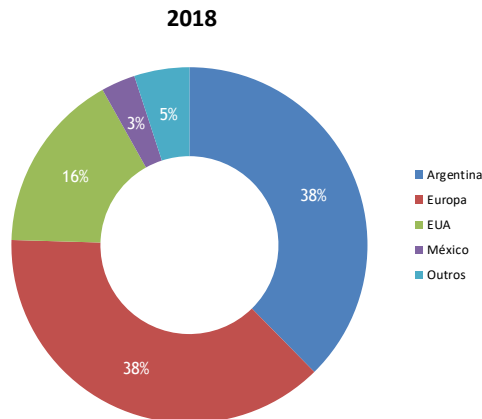
O volume de vendas de minério foi de 3,2 milhões de toneladas em 2016, contra 3,8 milhões em 2015, uma redução de 15,4%, principalmente devido à queda no consumo de aço no Brasil, parcialmente compensada pela exportação de 520 mil toneladas.

Destacamos abaixo o volume de vendas da Siderurgia em 2018:

Detalhamento das Vendas Físicas da Siderurgia por Produto

Mil toneladas	2018		2017		2016		Var. 2018/2017	Var. 2017/2016
VENDAS FÍSICAS TOTAIS	4.198	100%	4.026	100%	3.652	100%	4%	10%
Chapas Grossas	471	11%	481	12%	518	14%	-3%	-7%
Laminados a Quente	1.273	30%	1.139	28%	975	27%	12%	17%
Laminados a Frio	1.341	32%	1.319	33%	1.152	32%	2%	14%
Galvanizados	1.086	26%	1.028	26%	920	26%	6%	12%
Produtos Processados	-	0%	-	0%	-	0%	-	-
Placas	27	1%	59	1%	87	2%	-54%	-32%

Os principais destinos das exportações em 2018 foram:



Preços de vendas

No ano de 2018, o preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos apresentou uma elevação em relação a 2017. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,8% na comparação com 2017, sendo uma elevação de 19,4% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 29,7% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2018 foi 17,4% superior à receita líquida por tonelada do ano de 2017, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$69,5/t em 2016, contra US\$72,3/t em 2017, uma redução 2,6%.

O preço de vendas médio dos produtos siderúrgicos em 2017, apresentou uma elevação em relação a 2016. A receita líquida por tonelada foi superior em 20,4% na comparação com 2016, sendo uma elevação de 20,5% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 20,4% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

líquida por tonelada registrada em 2017 foi 25% superior à receita líquida por tonelada do ano de 2016, em função da elevação do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$72,3/t em 2016 contra US\$54,4/t em 2016, uma elevação de 33,0%.

Em 2016, o preço de venda médio dos produtos siderúrgicos apresentou uma variação positiva. A receita líquida por tonelada foi superior em 6,4% na comparação com 2015, sendo uma elevação de 0,9% nos preços médios das vendas para o mercado interno e 17,1% nos preços médios das vendas para o mercado externo. Para a unidade de Mineração a receita líquida por tonelada registrada em 2016 foi 11% inferior à receita líquida por tonelada do ano de 2015, em função da queda do preço médio de minério de ferro no mercado internacional. A referência de preços PLATTS ajustada para o período de formação de preços de venda da Mineração Usiminas (62% Fe, CFR China) foi de US\$54,4/t em 2016 contra US\$58,5/t em 2015, uma redução de 7,0%.

c) Impactos da inflação, da variação de preços, dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no custo das vendas

O Custo de venda para a Unidade de Siderurgia em 2018 foi de R\$10,6 bilhões em 2018, contra R\$8,5 bilhões em 2017, uma elevação de 24,9%. O CPV por tonelada foi de R\$2.526/t em 2018, um aumento de 19,8% em relação a 2017, que foi de R\$2.109/t, principalmente devido ao aumento dos custos com matérias primas, destacando-se placas adquiridas, carvão e minério de ferro. Na Unidade da Mineração, o custo do produto vendido em 2018 foi de R\$748,8 milhões, contra R\$342,9 milhões em 2017, uma elevação de 118,4%, principalmente relacionado aos maiores volumes de vendas e fretes associados à exportação.

Em 2017, o custo de venda para a Unidade de Siderurgia foi de R\$8,5 bilhões, superior em 19,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido e ao aumento dos custos com matérias primas, principalmente com carvão e placas adquiridas. Em relação à Unidade de Mineração, o custo de venda foi de R\$343,0 milhões, uma elevação de 15,9% em relação a 2016, principalmente em função do maior volume vendido em 14,6%. O custo de matérias primas corresponde a mais da metade do custo de vendas da Companhia, principalmente placas adquiridas, carvões e minérios de ferro. Os preços destes itens seguem a dinâmica de oferta e demanda de mercado, acompanhando evolução do índice PLATTS. Combustíveis, energia e utilidades tem uma participação de cerca de 10% do custo de vendas. Os preços de combustíveis, majoritariamente gás natural, são definidos pelas agências reguladoras estaduais, enquanto o valor de utilidades segue fórmula paramétrica definida em contrato. Já o preço da energia elétrica, para a qual a Companhia possui contratos específicos que asseguram o fornecimento, é reajustado pelo índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato, sem impacto das variações de mercado. Por fim, o custo de mão de obra representa aproximadamente 9% do custo de vendas, seguindo os acordos coletivos negociados em cada localidade. Os demais itens de custo comportam-se em sua maioria de acordo com a inflação.

No ano de 2016, o custo de vendas para a unidade de Siderurgia foi de R\$7,1 bilhões, inferior em 22,5% em relação a 2015, em função do menor volume vendido pelo segmento de siderurgia. O CPV médio por tonelada teve um aumento de 4,3% em relação ao de 2015. Os gastos fixos com mão de obra representaram aproximadamente 11% do custo de vendas da Companhia no ano de 2016 e segue a evolução dos acordos salariais das categorias. Já os gastos com energia elétrica e utilidades representaram 7% do custo de venda da Companhia no exercício. A energia elétrica conta com contratos específicos que asseguram o fornecimento e cujos preços são ajustados pelo

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

índice de variação de preços IGP-M ou pelo IPCA, conforme cada contrato. Os demais custos são influenciados pela inflação local.

Variação cambial

Adicionalmente ao comentado no item anterior, as Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. As operações de derivativos têm como objetivo principal diminuir a volatilidade no fluxo de caixa oriunda da variação das moedas estrangeiras em relação ao Real. Como medida protetiva de redução dos efeitos da variação cambial, a Administração tem adotado como política efetuar operações de swap e, adicionalmente, ter seus ativos vinculados moeda externa, conforme demonstrado a seguir:

Em reais mil	2018	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	170.717	1.478.473	103.130
Títulos e valores mobiliários	9.036	8.428	8.146
Contas a receber	342.424	297.966	87.334
Adiantamentos a fornecedores	4.407	5.404	12.684
Ativos em moeda estrangeira	526.584	1.790.271	211.294
Empréstimos e financiamentos	(1.272.702)	(1.747.954)	(1.779.065)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(361.804)	(219.628)	(167.613)
Adiantamento de clientes	(17.480)	(13.699)	(4.607)
Demais contas a pagar	(23.756)	(18.159)	(16.786)
Passivos em moeda estrangeira	(1.675.742)	(1.999.440)	(1.968.071)
Exposição líquida	(1.149.158)	(209.169)	(1.756.777)

A variação cambial sobre a posição líquida passiva da Companhia gerou perdas de R\$163,4 milhões em 2018, R\$21,6 milhões em 2017 e perda R\$639,0 milhões em 2016.

Variação na taxa de juros

Durante os anos de 2018, 2017 e 2016, os empréstimos e financiamentos das Empresas Usiminas, a taxas variáveis, eram denominados em reais, dólar dos Estados Unidos e ienes. As taxas de juros contratadas para os empréstimos e financiamentos podem ser demonstradas conforme a seguir:

Em reais mil	2018	%	2017	%	2016	%
Empréstimos e financiamentos						
Pré-fixada	35.127	1	636.251	9	642.964	9
TJLP	336.902	6	359.896	5	379.880	5
Libor	1.133.228	19	1.032.430	16	1.065.773	15
CDI	3.324.139	57	3.549.410	54	3.735.406	56
Outras	130.374	2	108.427	2	102.550	1
Total Empréstimos e financiamentos	4.959.770	85	5.686.414	86	5.926.573	86
Debêntures						
CDI	890.020	15	949.365	14	997.735	14
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	5.849.790	100	6.635.779	100	6.924.308	100

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2018, 2017 e 2016, os juros reais sobre empréstimos e financiamentos e tributos parcelados da Companhia, impactaram seus resultados negativamente no montante de R\$390 milhões, R\$637 milhões e R\$494 milhões respectivamente.

Impactos no resultado financeiro

Em reais mil	2018	2017	2016
Efeitos monetários ativos, basicamente sobre aplicações financeiras corrigidas com base na variação do CDI	46.575	203.256	283.083
Correção monetária dos depósitos judiciais	14.922	31.612	47.334
Efeitos monetários passivos, principalmente sobre empréstimos e financiamentos indexados pelo CDI e TJLP	(128.823)	(116.573)	(273.797)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos, decorrentes de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira (empréstimos e financiamentos, fornecedores, aplicações financeiras e clientes)	(163.395)	(21.601)	639.098

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está composta por 4 unidades de negócios: Mineração, Siderurgia, Transformação do aço e Bens de Capital. Não ocorreram alterações nesta composição nos últimos três exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

i. Alienação da operação de transportes da Rios Unidos

Em 22 de abril de 2015, a Companhia e sua controlada direta Usiminas Mecânica S.A. firmaram contrato de compra e venda com a Grecco Logística Internacional S.A. ("Grecco") para transferência da totalidade das suas quotas no capital social da Transportes Itaquaquecetuba Ltda. ("Transportes Itaquaquecetuba").

Em 30 de setembro de 2015, a Transportes Itaquaquecetuba recebeu a parcela cindida da Rios Unidos Logística e Transportes de Aço Ltda. ("Rios Unidos"), relativa aos elementos ativos e passivos relacionados às atividades de transporte e armazenamento de cargas siderúrgicas.

Em 15 de janeiro de 2016, a operação foi concluída e a Transportes Itaquaquecetuba foi incorporada pela Grecco, que pagará o montante de R\$18 milhões em até 5 anos.

c) Eventos ou operações não usuais

2018

i. Renegociação das dívidas

Em 18 de janeiro de 2018, ocorreu o vencimento dos títulos de dívida ("*Eurobonds*") originalmente emitidos em 2008 pela controlada no exterior Usiminas Commercial Ltd., com o pagamento integral do valor total de US\$400 milhões aos detentores destes *Eurobonds*. Deste montante, cerca de US\$220 milhões retornaram ao caixa da Companhia.

2017

i. Redução de Capital na Mineração Usiminas

Em 03 de março de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária da MUSA, foi aprovada, por unanimidade de votos dos seus acionistas, a redução do capital social da MUSA no valor de R\$1,0 bilhão, dos quais R\$700,0 milhões foram entregues à Companhia em 19/05/17, proporcionalmente à sua participação no capital social da MUSA.

ii. Acordo entre a Mineração Usiminas S.A. e a Porto Sudeste do Brasil S.A.

Em 27 de maio de 2015, a Mineração Usiminas S.A. notificou a Porto Sudeste do Brasil S.A. (atual denominação social de MMX Porto Sudeste Ltda.) sobre a imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de operação portuária de recebimento, movimentação, armazenagem e embarque de minério de titularidade da Mineração Usiminas no Terminal da Porto Sudeste, nas modalidades Take or Pay e Delivery or Pay, em razão do reiterado inadimplemento, pela Porto Sudeste, de sua obrigação de concluir e de colocar o porto em operação, bem como pelo não pagamento de penalidades contratuais. A Companhia adotou as providências cabíveis para resguardar os seus direitos, inclusive em processo de arbitragem, pleiteando o pagamento das multas, o ressarcimento de lucros cessantes, além de demais perdas e danos, previstos em

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

contrato. O referido contrato foi assinado com vigência de 5 anos a contar do primeiro embarque, previsto inicialmente para abril de 2012. Em 06 de junho de 2017, a Mineração Usiminas celebrou um acordo com a Porto Sudeste para por fim ao processo de arbitragem, resultando no distrato do referido contrato e na renúncia de todos os direitos que ambos ainda pudessem ter em relação ao contrato. O acordo estabelece um pagamento da Porto Sudeste para a Mineração Usiminas no montante de R\$205.106. Nesta mesma data, também foi celebrado um novo contrato de prestação de serviços de operações portuárias, que prevê que a Mineração Usiminas terá o direito, mas não a obrigação, de movimentar pelos próximos anos um volume total de até 17,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Terminal Portuário da Porto Sudeste, localizado no município de Itaguaí - RJ. Em 12 de julho de 2017, a controlada Mineração Usiminas S.A. recebeu o montante de R\$205.106 da Porto Sudeste do Brasil S.A., decorrente da celebração do acordo para por fim ao processo de arbitragem. Com este recebimento, cujos efeitos contábeis foram registrados no resultado de 30 de junho de 2017, o contrato de prestação de serviços de operação portuária, celebrado em 11 de fevereiro de 2011, e o processo arbitral encontram-se extintos. A Sentença que homologou o acordo entre as partes foi proferida em 05 de setembro de 2017.

iii. Renegociação das dívidas

Em 15 de dezembro de 2017, a Usiminas realizou perante os Bancos Brasileiros, os Bancos Japoneses e os Debenturistas (conforme definidos nos Fatos Relevantes de 09 e 12.09.2016 e, em conjunto, "Credores"), o pagamento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd., de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89.897.000,00.

2016

i. Aumento de Capital

Com o objetivo de reforçar o caixa da Companhia, a Usiminas emitiu novas ações, ordinárias e preferenciais, totalizando R\$1.050.294.935,04. O Conselho de Administração homologou em 03/06/16 o Aumento de Capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe "A", idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19/07/16, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o Aumento de Capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

ii. Renegociação das dívidas

A Companhia concluiu, em 12/09/16, a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas e reitera que a celebração dos Instrumentos Definitivos marca a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos Credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão de sua Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes.

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 substituiu as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir:

- a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e
- a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção da IFRS 9 em suas operações e não identificou impactos significativos.

- IFRS 15 / CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

No caso da venda de serviços, as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

- IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração revisou todos os contratos de arrendamento das Empresas Usiminas e concluiu que a maior parte se refere a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e ainda arrendamentos nos quais as Empresas Usiminas não controlam o ativo e nem direcionam o uso. Estes arrendamentos continuarão sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Com relação aos demais arrendamentos, sujeitos ao escopo da nova Norma, as Empresas Usiminas esperam reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de aproximadamente R\$11 milhões em 1º de janeiro de 2019. A natureza das despesas relacionadas a estes ativos e passivos de arrendamento mudará em relação ao modelo vigente até 31 de dezembro de 2018, uma vez que serão reconhecidas despesas de depreciação para os ativos e despesas de juros sobre os passivos.

As Empresas Usiminas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irão reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas ainda não estavam em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros existentes e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e nas relações de *hedge* identificadas em 2017 no âmbito da IAS 39 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Administração também avaliou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros e chegou à mesma conclusão de que não haverá impactos significativos, uma vez que a Companhia já vem trabalhando com um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas.

- IFRS 15 / CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma, quais sejam: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita. Com base nesta análise, a Administração concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são a seguir apresentadas. As Empresas Usiminas pretendem adotar essas normas, se aplicáveis, quando essas entrarem em vigência.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

- IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

- IFRS 16 - Leases (Arrendamentos): A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7): As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 26 / IAS 7 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

- Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações): As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 32 / IAS 12 terá nas suas demonstrações financeiras e divulgações.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alteração nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia não possui ressalva em suas Demonstrações Financeiras referentes às Demonstrações Financeiras de 2018, 2017 e 2016.

O parecer dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não apresentou ênfase.

Em relação às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016, o parecer dos auditores independentes apresentou a seguinte ênfase “Chamamos a atenção para a nota explicativa 20, que descreve certas condições que requereriam o vencimento antecipado de dívidas significativas da Companhia e que devem ser cumpridas até 30 de junho de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto”.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é CDI e TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica “Efeitos monetários”, no Resultado financeiro.

Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

ESTIMATIVAS E PREMISSAS

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor recuperável de ativos (*impairment*) não financeiros

Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo.. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Imposto de renda e contribuição social

As Empresas Usiminas estão sujeitas ao imposto de renda em alguns países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. As Empresas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Usiminas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

A administração revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Reconhecimento de receita

A controlada Usiminas Mecânica utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.

Benefícios de planos de aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto.

As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Provisões para demandas judiciais

As Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos das Empresas Usiminas.

Provisão para recuperação ambiental

Como parte suas atividades de mineração de sua controlada Mineração Usiminas S.A, a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticasTaxas de vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A companhia possui os seguintes contratos de arrendamentos mercantis operacionais:

- A Mineração Usiminas S.A (MUSA) possui contrato vigente junto à MBL – Materiais Básicos Ltda., assinado em julho de 2011, no valor contratual estimado de US\$300 milhões referente ao arrendamento de direitos minerários na região de Serra Azul, Minas Gerais. O arrendamento tem duração de 30 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2012, data em que o contrato de arrendamento foi autorizado pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou até a exaustão das reservas minerais.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

A Companhia possui os seguintes contratos operacionais relevantes para compras futuras:

Contratos de Fornecimento de Minério de Ferro

O principal fornecedor de minério de ferro para a Usiminas em 2018 foi a Mineração Usiminas S/A – MUSA. O contrato entre a Usiminas e a Mineração Usiminas – MUSA é válido de Jan/2011 a Dez/2048. O compromisso de compras até 2016 foi de 4 milhões de toneladas (base seca) de minério de ferro por ano em regime *take or pay*. Para 2017 foi acordado entre as partes um volume de compras de 2,4 milhões de toneladas (base úmida), o que foi cumprido em sua plenitude. A partir de 2018 e até o fim de 2021 o volume de *take or pay* anual passa a ser 2,3 milhões de toneladas (base seca), conforme comunicado ao mercado divulgado em 5 de dezembro de 2017.

Em complemento ao volume estabelecido com a Mineração Usiminas - MUSA para suprir a demanda necessária de minério de ferro a Usiminas realizou compras regulares com terceiros, destacando como principais fornecedores no ano de 2018 Vallourec, Bemisa, Comisa e Itaminas. Adicionalmente, a Usiminas manteve em 2018 um contrato de logística de transporte de minério com a VLI no valor de aproximadamente R\$180 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFsContratos de Fornecimento de Carvão e Coque Verde de Petróleo

O carvão mineral utilizado nas atividades de siderurgia provém apenas do exterior, devido à inexistência de carvão com as especificações ideais para a aplicação no processo siderúrgico no Brasil.

A Usiminas celebrou contratos de longo prazo e *spot* de compra de carvão importado e Coque Verde de Petróleo (CVP) nacional no ano calendário 2018, correspondente a aproximadamente 2,45 milhões de toneladas, equivalentes a 100% do volume de carvão previsto para o atendimento das atividades da usina siderúrgica em Ipatinga até dezembro de 2018. A compra de coque verde de petróleo no mercado nacional e do carvão para injeção (PCI) e antracito no mercado internacional estão computados nesses dados.

Dentre os principais fornecedores de carvão, antracito e coque verde de petróleo no ano de 2018, destacam-se Petrobrás Distribuidora, Contura, Blackhawk e Jellinbah (Lake Vermont), responsáveis por aproximadamente 70% do fornecimento de carvão e CVP para a Usiminas no referido período.

Em 2018, o montante total aproximado para as compras de carvão, antracito e PCI somaram R\$1,1 bilhão, e para as compras de CVP (Coque Verde de Petróleo) o valor aproximado foi de R\$293 milhões. Em 2018, a Usiminas comprou uma carga de coque metalúrgico importado (45kt) no valor de R\$51 milhões.

*Carvão mineral = carvão para coqueria, carvão para injeção (PCI) e antracito para sinterização.

**valores FOB sem impostos e sem encargos financeiros, cambio R\$3,65 (média 2018).

***valor coque metalúrgico CFR Praia Mole, sem impostos e encargos financeiros, câmbio R\$3,65 (média 2018).

Contratos de Fornecimento de Energia

Em junho de 2007, a Companhia assinou com a CEMIG GT um contrato de fornecimento de energia elétrica para o período de 01/01/10 a 31/12/14, de cerca de 320 MW médios anuais. No final de 2009, a Companhia iniciou a renegociação desse contrato para revisar as condições contratuais. Em decorrência dessa renegociação, foram assinados dois novos documentos: o primeiro trata-se de um contrato com a CEMIG GT em que a Usiminas compra cerca de 320 MW médios anuais no período de 2010 a 2012, reduzindo para 120 MW médios anuais de 2013 a 2019. O segundo documento é um Termo de Cessão em que a CEMIG GT cede a Companhia parte de seu contrato de compra assinado com a Santo Antonio Energia S.A - SAESA. Por esse segundo documento, a Usiminas recebe da SAESA, a partir 2013 e até 2019, o montante de 200 MW médios anuais.

Para o período de 2017 à 2030, foi celebrado um termo de cessão de energia entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT. O termo de cessão foi fruto de acordo comercial feito na negociação do TOP do contrato de criogênicos da Usina de Cubatão. O volume contrato de 65,408 MW médios possui obrigação de retirada de 32 MW médios (48,92% da energia contratada) e com uso exclusivo da Usina de Cubatão.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Em leilões realizados nos dias 07/12/2017 e 09/01/2019 foram comprados um total 151 MW médios de energia para o período de 2020 a 2023 com as empresas CTG, Engie, Statkraft, AES e Cemig para a Usina de Ipatinga.

Com exceção do termo de cessão feito entre White Martins e Usiminas com interveniência da Cemig GT, os demais contratos mencionados têm *take or pay* de 100%, ou seja, há obrigação de retirada do todo o valor contratado anual, contudo, eventuais excedentes são revendidos no mercado de energia.

Esses contratos perfazem cerca de R\$ 7,8 bilhões para o período de 01/01/2010 a 31/12/2030.

Contrato de Fornecimento de Gás com a COMGÁS

A USIMINAS e a COMGÁS celebraram em 13/05/2002 o contrato de fornecimento firme de gás natural para sua Usina de Cubatão. Esse contrato foi renovado de 01/06/2018 até 31/05/2019 com a previsão de fornecimento de 250.000 m³/dia de gás natural. Em 2018 foram gastos R\$94 milhões (valores sem impostos recuperáveis).

Contrato de Fornecimento de Gás com a GASMIG

A USIMINAS e a GASMIG possuem um contrato firme com volume atual contratado de 235.000 m³/dia. Foi celebrado em 01/09/2017 e possui renovações automáticas. Eventualmente e conforme disponibilidade a Usiminas celebra compras de gás *spot* para uso exclusivo no alto forno. Em 2018 foram desembolsados R\$190 milhões (valores sem impostos recuperáveis) com gás natural da Gasmig.

Contrato de prestação de serviços com a MRS

A Mineração Usiminas S.A. (MUSA) possui contrato vigente junto à companhia MRS Logística S.A. (assinado em 01 de janeiro de 2011) para a prestação de serviços de transporte ferroviário de minério de ferro a partir dos terminais de carga até à Usina de Cubatão em SP e os Terminais Portuários no RJ com vigência até 30 de novembro de 2026. Este contrato foi renegociado com a MRS, eliminando as condições de *take or pay*, o que gerou um pagamento de indenização de 10 parcelas anuais de R\$31,5 milhões, a partir de 30 de janeiro de 2017, totalizando R\$315,5 milhões. Para fins de contabilização desta indenização, em 31 de dezembro de 2016 foi considerado o montante de R\$184,1 milhões, equivalente ao valor presente do fluxo de pagamento mencionado, em 31 de dezembro de 2016 este valor equivale à R\$184,1 milhões, em 31 de dezembro de 2017 este valor equivale à R\$174,7 milhões e em 31 de dezembro de 2018 este valor equivale à R\$165,8 milhões.

Contrato de Fornecimento de Gás com a White Martins

A Companhia possui alguns contratos vigentes com a White Martins Gases Industriais para fornecimento de gases industriais a todas as empresas do Grupo Usiminas, sendo os mais significativos os contratos de plantas on-site.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Para a planta de Ipatinga o contrato, assinado em abril de 1996, originalmente teve vigência de 21,5 anos, com valor contratual estimado em R\$2,8 bilhões. Este contrato refere-se ao fornecimento dos gases para a produção de aço. Seguindo as regras do contrato, o mesmo foi renovado com a WM por mais 15 anos, cujo vencimento agora é dezembro de 2032. A planta de gases em Ipatinga era composta por equipamentos da White Martins Gases e da Usiminas, sendo que na negociação foram vendidos os equipamentos da Usiminas à White Martins Gases por R\$ 70 milhões. Transação ocorrida em 2016.

Para a planta de Cubatão, atualmente a Usiminas possui apenas um contrato de fornecimento de gases para a produção de aço. O contrato foi assinado em julho/2009 e tem vigência de 23 anos (até junho/2032). O valor contratual estimado para este contrato é de R\$ 697 milhões.

Até 2018 havia, ainda, um contrato com fornecimento de gases exclusivo para os Altos-Fornos, porém, com a paralisação das áreas primárias este contrato foi encerrado antecipadamente.

Em Cubatão temos um contrato vigente para fornecimento de hidrogênio líquido para a Laminação a Frio com data de vigência até janeiro/2020. O valor contratual estimado para este contrato é de R\$ 5,5 milhões. O fornecimento ocorre através de carretas.

O grupo Usiminas possui contrato corporativo de fornecimento de gases envasados, sendo líquidos e gasosos. Este contrato foi assinado em outubro/2009 e esteve vigente até novembro/2015.

Em outubro de 2015 foi firmada uma nova parceria com a White Martins Gases para continuidade deste fornecimento a todas as empresas do grupo com vigência por mais 5 anos. O valor total estimado do novo contrato corporativo de gases envasados é de R\$18 milhões considerando todas as empresas do grupo.

*iv. Contratos de construção não terminada*MRS

A Companhia possui diversos contratos relacionados a investimentos em suas usinas e na empresa Mineração Usiminas, que somam o montante de R\$80,1 milhões.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas do contrato de arrendamento operacional citado acima são apropriadas ao resultado operacional da Companhia mensalmente pelo prazo do contrato.

Os custos dos contratos de fornecimentos são imputados ao resultado à medida em que são consumidos no processo de produção.

As receitas de vendas relacionadas aos contratos da Usiminas Mecânica são imputadas ao resultado conforme a evolução de cada item construído.

b) Natureza e o propósito da operação

O propósito da Companhia em manter estes contratos é garantir os fornecimentos necessários para o processo de produção.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas, e dos direitos gerados a favor do emissor em decorrência da operação

Conforme comentado no item 10.6.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2018 foi de R\$463 milhões frente ao montante de R\$216 milhões em 2017.

Foram concluídos 39 projetos industriais destinados, principalmente, a manutenção da capacidade produtiva, segurança do trabalho e meio ambiente.

Os investimentos previstos para o ano de 2019, conforme o plano de negócios da Companhia, focam na manutenção operativa e adequação das instalações das usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma na área dos altos fornos, aciaria (Usina de Ipatinga), utilidades, salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

Encontram-se em andamento 81 projetos nas áreas industriais. Destes projetos 49% referem a projetos de sustaining e 40% a projetos relativos a segurança, meio ambiente e compliance.

O volume total de investimentos da Usiminas e das controladas no ano de 2017 foi de R\$216 milhões (R\$225 milhões em 2016).

Os principais projetos concluídos foram:

- Ipatinga - Substituição da Ponte Rolante L8 - Lingotamento Contínuo da Aciaria 2 – Substituição da ponte rolante de manuseio de placas aço líquido na Aciaria 2 de carregamento das máquinas de lingotamento contínuo. A nova ponte terá capacidade de 260 t. Início de operação: janeiro de 2017.
- Ipatinga - Aciaria 02 - Instalação de Portão Frontal nos Convertedores 4 e 5 - Projeto, fabricação e instalação de portões frontais aos convertedores 4 e 5, visando maior segurança e melhor eficiência do despoeiramento. - Início de operação: março de 2017.
- Ipatinga - LTQ - Substituição do Medidor de Espessura e Perfil da Saída do Trem Acabador – Novo medidor de espessura e perfil a raio-x fixo e móvel garantindo a continuidade operacional da LTQ proporcionando uma melhoria no controle do processo - Início de operação: novembro de 2017.
- Ipatinga - Convertedor 5 - Troca da carcaça e refrigeração do anel – Substituição da carcaça do Convertedor 5 e instalação de sistema de refrigeração a ar para o anel visando continuidade operacional da aciaria; Manutenção da capacidade produtiva; Segurança das pessoas; Aumento da vida útil com a instalação do sistema de refrigeração a ar para o anel. Início de operação: março de 2017.
- Ipatinga - Forno Panela Nº02 - Instalar Sistema de Injeção de Pó: O projeto consiste na injeção de agentes dessulfurantes (CaO) nas placas enviadas ao Forno Panela da Aciaria 02. Para tanto será necessária a adequação do sistema existente (utilizado anteriormente para

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

adição de outro material), de forma a torná-lo apto ao recebimento, estocagem e injeção de pó diretamente no aço líquido. Início de operação: janeiro de 2017.

- Ipatinga - AF 3 - Sala Elétrica 3 (1º piso) - Atualização e substituição de painéis e trafos MT/BT: A atualização da Sala Elétrica 3 (1º piso) do Alto Forno 3 da Usina de Ipatinga consiste na substituição dos painéis de média tensão e baixa tensão, com o objetivo de aumentar a confiabilidade e a operacionalidade da subestação. Além disso, serão substituídos os transformadores que já estão no fim de vida útil, remanejamento dos cabos/canaletas, instalação de ar condicionado/pressurização positiva, sistema de detecção e alarme incêndio e também instalações de portões e repintura da sala. Início de operação: janeiro de 2018.

- Ipatinga - Pátio de Carvão - Subestação 2: Grande reparo elétrico da sala elétrica 2 do Pátio de Carvão, incluindo: adequação civil piso, canaletas e calhas para cabos, projeto elétrico, troca de painéis de 3,45kV e sistema de proteção, projeto de memorial de cálculo com ajustes de relés e estudo de seletividade, instalação de relés microprocessados com comunicação em rede com PLC para os painéis de média. Compra de disjuntores de média e alta tensão extraíveis. Contratação de mão-de-obra para execução das montagens de painéis e trafos. Início de operação: fevereiro de 2018.

- Cubatão - Troca trafos Ascarel - ETAPA 2: Substituição e destinação de 80 transformadores PCB (Ascarel) na Usina de Cubatão, 2a etapa, em atendimento a compromisso firmado com a CETESB e Ministério Público (TAC) e à Lei Estadual 12288(SP). Início de operação: novembro de 2017.

- Cubatão - AVCB – Santos: Adequação das instalações necessárias para a certificação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo nas áreas da Usina de Cubatão localizadas dentro do município de Santos/SP, conforme indicado no Decreto Estadual nº 46.076, de 31 de agosto de 2001. Início de operação: fevereiro de 2017.

- Cubatão - Otimização do Sistema de Vapor: Aquisição de Uma Nova Caldeira de 20t/h - Na Usina de Cubatão existem 4 caldeiras de 77t/h + 2 de 100t/h para produção de vapor a 42 kgf/cm² à 440°C que alimentam os turbo sopradores e turbo geradores. Parte deste vapor é distribuído para o processo (15 kgf/cm² à 230°C). Com a paralisação das áreas primárias a demanda de vapor para processo reduziu significativamente, de 90t/h para 20t/h. Esta demanda está sendo atendida através das caldeiras de 77t/h. Estes equipamentos ficaram superdimensionados para a nova demanda e apresentam custos operacionais elevados e baixa eficiência. Início de operação: fevereiro de 2017.

Os investimentos previstos para o ano de 2018, conforme o plano de negócios da Companhia, focam na manutenção operativa e adequação das instalações das usinas para atender às normas ambientais e de segurança, na reforma na área dos Altos Fornos, Aciaria (Usina de Ipatinga), salas elétricas e implantação de sistemas de automação e de gestão industrial objetivando melhoria na produtividade.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Usiminas tem como política diversificar as suas fontes de captação e contratar financiamentos de longo prazo para suprir suas necessidades e de suas empresas controladas. A Administração da Companhia adota uma posição conservadora de captação de recursos, contratando os empréstimos e financiamentos com antecedência em relação aos investimentos previstos para os anos seguintes. Dentre as principais fontes de financiamento, destacam-se as operações com mercado bancário, mercado de capitais, instituições do governo e agências de fomento à exportação.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No ano de 2018 não houve desinvestimentos relevantes que alterem a capacidade produtiva da companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2018 não houve aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia.

c) Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Desenvolvimento de aços de alta resistência para os setores automotivo, de máquinas e equipamentos, incluindo aços laminados a frio, laminados a quente e revestidos, juntamente com o desenvolvimento de sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços estruturais para a construção civil e fabricação de estruturas *offshore*. Desenvolvimento da engenharia de aplicação de aços para os setores da construção civil, construção naval e de óleo e gás. Desenvolvimento de aços revestidos com ligas de zinco com características melhoradas de resistência à corrosão atmosférica. Desenvolvimento de aços com e sem revestimento para conformação a quente, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços para atender a requisitos de expansão de furo demandados pelos setores automotivo e de autopeças, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de aços com elevada resistência ao desgaste, juntamente com sua engenharia de aplicação. Desenvolvimento de novos métodos e técnicas experimentais visando suporte tanto ao desenvolvimento de novos produtos quanto à sua aplicação pelos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2018, a Companhia investiu aproximadamente R\$5,86 milhões com as atividades de pesquisa relacionadas acima.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A estratégia comercial de uma empresa pode ser medida por sua capacidade de geração de novos produtos que estejam alinhados às necessidades do mercado. Com a Usiminas não é diferente, o que tem exigido um constante monitoramento do mercado e de suas demandas, assim como uma atenta observância à concorrência.

Os produtos que tiveram seus projetos de desenvolvimento concluídos no ano de 2018 e passaram a fazer parte da carteira de produtos Usiminas, são abaixo descritos:

Laminados a frio

- Aço Complex Phase 900: produto de ultra-alta resistência da classe 900 MPa de resistência mecânica, laminado a frio destinado à indústria de implementos rodoviários, principalmente para ser aplicado na fabricação do revestimento de carga de basculante graneleiro. Possui também amplas possibilidades de ser utilizado no setor automobilístico visando, principalmente, o aumento da segurança veicular.

Laminados a Quente

- Aço USI-RAVUR-350: o novo produto USI-RAVUR-350 laminado a quente é um material resistente ao desgaste abrasivo da classe de 350 HV10 de dureza superficial média. As aplicações potenciais são componentes de máquinas agrícolas, caixa de carga de basculantes de transporte de minérios e grãos, além de betoneiras.
- Aço USI-FB-590: aço de alta resistência laminado a quente destinado ao setor automobilístico, visando, principalmente, o aumento da segurança veicular. Esse produto em particular reúne, além da elevada resistência mecânica, bom desempenho em peças submetidas a esforços de estiramento de bordas, ou seja, capacidade de expansão de furo superior a 60%.
- Aço LQ para Hot Forming: Aço para ser aplicado em processo de estampagem a quente na espessura de 2,5mm. Esse produto tem como característica principal resistência mecânica da ordem de 1.000MPa após têmpera.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de NegóciosChapas Grossas

- Aço USI-PROT-500: Aço para blindagem de dureza mínima 500 Brinell. Atende a todos os requisitos técnicos da norma MIL-DTL-46100E-2008. Esse produto foi desenvolvido para atendimento a demanda do Exército Brasileiro.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**2018**

Durante o exercício de 2018, transitaram em julgado, com êxito para a Companhia e suas controladas, as ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e à recuperação de empréstimos compulsórios à Eletrobrás.

Em maio de 2018, houve o trânsito em julgado do mandado de segurança impetrado em 2010 pela Usiminas, pela sua controlada Usiminas Mecânica S.A. e pela sua controlada em conjunto Unigal Ltda. que pleiteava o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para os períodos compreendidos entre junho de 2004 a dezembro de 2014. Como resultado dessa evolução, foram registrados em 2018 créditos tributários no montante de R\$789.160 mil na Controladora (Consolidado - R\$802.955 mil).

Em relação ao processo judicial visando a recuperação dos montantes recolhidos a título de empréstimos compulsórios à Eletrobrás, relativos à filial de Ipatinga, no qual a Companhia figura no polo ativo, em 19 de dezembro de 2018, houve despacho do juízo responsável, reconhecendo como incontroverso o montante de R\$676.023 mil que fora objeto de pedido de homologação por parte da Eletrobrás.

2017

Ao longo de 2017, a Companhia concluiu algumas ações importantes como a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Entre estas ações destacam-se, principalmente, os eventos relacionados ao processo da renegociação da dívida financeira, listados a seguir:

- A aprovação, em 3 de março de 2017, da redução de capital social da controlada Mineração Usiminas no montante de R\$1.000.000, dos quais R\$700.000 foram entregues à Companhia em 19 de maio de 2017;
- Em 15 de dezembro de 2017, pagamento do valor correspondente a 50% do saldo do principal em aberto das notas emitidas por sua subsidiária Usiminas Commercial Ltd. de forma pro rata, a título de amortização parcial das dívidas da Usiminas com cada um dos Credores, no montante total de US\$89,9 milhões;
- O pagamento integral das Notas emitidas pela controlada Usiminas Commercial Ltd., este efetuado em janeiro de 2018, no valor total de US\$400 milhões, dos quais cerca de US\$220 milhões deste montante retornaram ao caixa da Companhia, em razão da operação de recompra de parte das Notas, realizada em 2013.
- Em 15 de março de 2018, em cumprimento às obrigações assumidas nos Instrumentos Definitivos assinados perante os Bancos Brasileiros, os Bancos Japoneses e os Debenturistas, a Companhia realizou o pagamento do valor correspondente à totalidade do Excedente de Caixa ("*Cash Sweep*"), calculado com base nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro 2017, no

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

montante total de R\$378.798.701,11, a título de amortização parcial dos valores de principal devidos pela Usiminas aos Credores.

Com estes eventos, a Usiminas supera mais uma importante etapa de sua reestruturação financeira junto aos Credores, com vistas à geração de resultados sustentáveis para a Companhia.

2016

Durante o exercício social de 2016, algumas ações importantes que vinham sendo implementadas pela Companhia foram concluídas. Estas ações tiveram como foco principal a adequação dos desembolsos financeiros, a priorização da geração de caixa operacional e a administração estrita do capital de giro e de investimentos de capital.

Uma destas ações concluídas foi a capitalização da Companhia, com a emissão de novas ações ordinárias e preferenciais, no montante total de R\$1.050.294.935,04. Em 3 de junho de 2016, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital com a subscrição de 39.292.918 ações preferenciais classe “A”, idênticas às ações dessa espécie e classe já existentes, ao preço de emissão de R\$1,28 por ação, totalizando o montante de R\$50.294.935,04. Em 19 de julho de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi homologado o aumento de capital com a subscrição de 200.000.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$5,00 por ação, totalizando o montante de R\$1.000.000.000,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$13.200.294.935,04, dividido em 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.740.661 ações preferenciais classe A e 77.763 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal.

Em 17 de fevereiro de 2016, a companhia firmou “Instrumento Particular de Assunção Mútua de Obrigação de Não Fazer e Outras Avenças” (“Acordo *Standstill*”) com os seus principais credores financeiros, quais sejam, Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Foi firmado, ainda, um Instrumento Particular semelhante com os credores financeiros japoneses, quais sejam, Japan Bank for International Cooperation – JBIC, The Bank of Tokyo Mitsubishi UFJ Ltd., Mizuho Bank Ltd. e Sumitomo Mitsui Banking Corporation.

Em 12 de setembro de 2016, a Companhia concluiu a assinatura de todos os documentos definitivos de renegociação de suas dívidas, que marcou a conclusão do processo de reestruturação financeira da Companhia junto aos seus credores (representando aproximadamente 92% do endividamento total da Companhia), o qual, na visão da Administração, preserva as suas capacidades financeira e operacional, adequando seu perfil de endividamento às perspectivas de curto, médio e longo prazos.